CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISOCIESC DE BLUMENAU

LARISSA ALESSANDRA FERREIRA DE CAMPOS DO NASCIMENTO

**A TUTELA JURÍDICA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO**

**BLUMENAU
2021**

LARISSA ALESSANDRA FERREIRA DE CAMPOS DO NASCIMENTO

**A TUTELA JURÍDICA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ORDENAMENTO
JURÍDICO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da faculdade UNISOCIESC para obtenção do grau de bacharel em Direito.

Prof.^a MSc. Mayara Pellenz - Orientadora.

**Blumenau
2021**

PÁGINA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso elaborado pelo(a) graduando(a) LARISSA ALESSANDRA FERREIRA DE CAMPOS DO NASCIMENTO, sob o título **(A TUTELA JURÍDICA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.)**, apresentado como requisito parcial para obtenção do grau em Bacharel em Direito, no Curso de Direito do Centro Universitário SOCIESC de Blumenau - SOCIESC, foi submetido e avaliado em Banca Examinadora, composta pelas Prof.^a. Me. Mayara Pellenz (Orientadora e Presidente da Banca), Prof.^a. Me. Sílvia Helena Arizio (Membro), Prof.^a. Me. Edivane Brum (Membro), obtendo a **aprovação**, com a **nota 10,00 (DEZ)**.

Blumenau (SC), 08 de Julho de 2021.

Profa. Msc. Mayara Pellenz

Profa. MSc. Suzete Habitzreuter Hartke
Coordenadora do Núcleo de Semiótica Jurídica e
de Redação Jurídica.

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pela contribuição ideológica conferida a este trabalho, isentando o Centro Universitário SOCIESC de Blumenau - SOCIESC – a Coordenação do Curso de Direito, a Banca Examinadora e a Orientadora de toda e qualquer responsabilidade acerca deste trabalho de conclusão de curso.

Blumenau (SC), 08 de Julho de 2021.

Larissa Alessandra Ferreira de Campos do Nascimento

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, primeiramente ao meu Deus Jeová, que me concedeu a oportunidade de poder estudar e não desistir, por me dar forças quando meu pensamento era desanimador.

A minha família, que me apoiou desde o início do meu ingresso ao curso, que me sustentou e superou minhas ansiedades com muita paciência e amor.

Ao meu marido Nilson Jr. que sempre esteve ao meu lado, dando seu total e incondicional apoio.

Aos meus pais, que sonharam comigo, lutaram por mim e me ajudaram a chegar até aqui, que foram os primeiros a me incentivarem e há dedicarem cinco anos para eu poder me formar.

Ao meu irmão José Otávio e a minha avó Lair por sempre entender quando eu abdicava um momento para estudar para as provas e/ou redigir minha monografia, por sentir orgulho e me dar apoio.

Aos meus filhos de 4 patas Balú, Bella e Mel meus companheiros de vida que me dão muito amor e alegria, através do companheirismo leal, que sempre me estimulam após um dia intenso e cansativo.

E claro, à minha orientadora, prof^a Mayara, por toda compreensão e paciência em responder todos os meus e-mails e mensagens com toda atenção e carinho, por compartilhar seus conhecimentos, e por acreditar em mim.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como a sociedade sempre esteve arraigada no antropocentrismo, imperando somente o valor humano e não levando em conta o bem-estar animal, pois mesmo os seres humanos sendo diferentes dos animais não humanos, não nos dá o direito de tratar-lhes como uma coisa, ou mero objeto, mas sim devemos ter um novo olhar. É importante essa temática devido a sua complexidade na atual sociedade, sendo necessário a tutela jurídica para os animais não humanos para respeitarmos toda forma de vida. O posicionamento jurídico brasileiro teve uma evolução, dando aos animais direitos comparáveis aos dos próprios homens. Afinal a Declaração Universal dos Direitos dos animais afirma que: *“Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.”* Para tanto, utilizou-se do método indutivo, pesquisando e identificado as partes, operacionalizado por técnicas de pesquisa, como a elaboração de fichamentos, designação de referentes, a partir do levantamento prévio das categorias, na técnica de pesquisa a partir de obras bibliográficas, operando-se por fontes doutrinárias, jurisprudencial e legislação, usufruindo de artigos e publicações da rede mundial de computadores, bem como súmulas vigentes.

PALAVRAS-CHAVE: Animais não humanos. Natureza. Ordenamento Jurídico Brasileiro. Vida.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how society has always been ingrained in anthropocentrism, prevailing only human value and not taking into account animal welfare, because even human beings being different from non-human animals, it does not give us the right to treat them as a thing, or a mere object, but we must have a new look. It's this theme is important due to its complexity in today's society, legal protection is required for non-human animals in order to respect every form of life. The Brazilian legal position had an evolution, giving animals rights comparable to those of humans themselves. After all, the Universal Declaration of Animal Rights states that: "All animals are born equal in life and have the same rights to existence." For that, we used the inductive method, researching and identifying the parts, operationalized by research techniques, such as the elaboration of records, designation of referents, based on the previous survey of the categories, in the search technique from bibliographic works, operating doctrinal sources, jurisprudence and legislation, taking advantage of articles and publications from the world wide web, as well as current overviews.

KEYWORDS: Non-human animals. Nature. Brazilian Legal System. Life.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ANTROPOCENTRISMO	11
2.1 ANÁLISE HISTÓRICA DO DIREITO DOS ANIMAIS.....	13
2.2 DIREITO DE PERSONALIDADE DE TODO SER VIVO	19
2.3 UM SER DESPERSONIFICADO COMO SUJEITO DE DIREITO	24
2.4 SITUAÇÃO ATUAL DO DIREITO DOS ANIMAIS	27
3 SUJEITOS DE DIREITO	29
3.1 REQUISITOS DE UMA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	34
3.2 O MEIO AMBIENTE COMO USO COMUM	37
3.3 BEM-ESTAR E GUARDA RESPONSÁVEL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS	41
4 TUTELA JURÍDICA DO DIREITO DOS ANIMAIS	44
4.1 ANIMAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO	48
4.2 DIREITO DOS ANIMAIS PELA ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	53
4.3 LEI COMPLEMENTAR Nº 1.054/2016 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a tutela jurídica dos animais domésticos no ordenamento jurídico brasileiro. Assim como os humanos sempre vem sendo pauta de um novo olhar sobre fatos que acontecem na sociedade, percebe-se que os animais domésticos acabam tornando-se vítimas silenciosas de violência, maus-tratos e exploração. Com este fato tão latente em nossa sociedade, podemos analisar se o ordenamento jurídico brasileiro pode assegurar a segurança dos animais?

Tendo em vista que os animais não humanos fazem parte do ciclo social, e apesar de ter ocorrido avanços jurídicos significativos, ainda são alvos fáceis e vulneráveis no qual observa-se nos telejornais e mídias sociais os animais sendo maltratados e diversas vezes vindo a óbito, por seres humanos racionais dotados de inteligência.

Para tanto busca-se uma reflexão na ética e na filosofia sobre o Direito dos Animais, quando estuda-se sobre o tema não significa trata-los como humanos, pelo contrário deve-se respeitar toda a forma de vida, conforme o amparo legal constitucional do art. 255, §1º, inciso VII, da Constituição Federal.

Como o direito dos animais tem preceito constitucional dando-lhes direitos fundamentais e fazendo parte de suas cláusulas pétreas, a Lei nº 9.605/98 e Lei Complementar nº 1.054/2016, os animais tem a perspectiva de deixar de ser uma coisa, ou sujeitos despersonalizados e passam a adquirir personificação jurídica, um bem a ser tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro, com dignidade e respeito, visando a sua proteção.

Para a realização do presente trabalho, discorre em relação ao antropocentrismo, visto que historicamente a civilização divide o mundo em duas espécies humano e não humano. E desde os primórdios da humanidade os humanos utilizam os animais para diversos fins, desde alimentação, vestimenta, pesquisa e entretenimento. Com uma posição antropocêntrica o ser humano no centro do universo, os animais eram considerados meros objetos inanimados, não eram tratados como sujeitos de direitos, ou até que não mereciam qualquer forma de proteção, assim a evolução social sempre foi em prol da humanidade e deixando de lado os animais e o meio ambiente.

Para o início, aborda a parte histórica e filosófica no relacionamento entre o ser humano e o animal e como as mudanças de valores e as percepções sociais foram mudando ao longo do tempo, analisando os posicionamentos e teorias jurídicas que surgiram a favor do direito dos animais, especificamente no âmbito do ordenamento jurídico brasileiro.

Após, estuda-se como o animal pode ser inserido na sociedade com dignidade e respeito, tendo em vista que são capazes de sentirem sentimentos e emoções. Bem como os requisitos para o animal ter uma personalidade jurídica com o intuito de ter segurança jurídica para o seu bem-estar, tendo em vista que ainda há muitos relatos de crueldade e maus-tratos.

O último capítulo analisará a proteção para com os animais não humanos e como são tratados na legislação brasileira, desde a primeira legislação sobre a temática, até os dias atuais, bem como, uma análise da Lei Complementar nº 1.054/2016 no âmbito do Município de Blumenau.

Em se tratando da relevância dessa pesquisa, é importante destacar qual o amparo que a legislação brasileira fornece por meio da Constituição Federal e legislações infraconstitucionais para o bem-estar animal, garantindo o direito à vida contribuindo assim para a proteção e os direitos dos animais e que todos passem a vê-lo não como mero objeto, e sim, como um ser senciente, composto de sentimentos; ou seja, capaz de sentir prazer e dor e que, portanto, devem ser preservados seus direitos ao que toca a sua vida, a sua integridade física e também as suas condições psicológicas.

Diante disso, entende-se que o presente trabalho tem por principal objetivo, explanar sobre a evolução do direito dos animais, com foco principalmente, nos animais domésticos, não apenas por conhecimento histórico, mas também, para que todo integrante da sociedade que vier a ler, possa entender como é necessário a tutela jurídica dos animais domésticos no ordenamento jurídico brasileiro, tendo seu reconhecimento tanto na área social e jurídica.

2 ANTROPOCENTRISMO

A maneira de pensar da sociedade humana desde os primórdios da humanidade sempre estava ligada ao antropocentrismo, no qual tem a origem grega *antroropos* que significa humano e *kentron* que significa centro, em outras palavras o ser humano no centro de todas as coisas.

Além disso, essa vertente antropocêntrica, vem sendo difundida há mais de 2 (dois) mil anos pela cultura ocidental, os gregos que aderiram e conseqüentemente declaram superioridade humana sobre toda a existência não humana, por meio da força e dominação de outras espécies.

Por isso, o antropocentrismo tem o viés que os animais não humanos como seres inferiores, no qual tem o condão de servir apenas como objeto que servirão para os interesses dos humanos, o ser humano sendo colocado no centro da vida do planeta terra sem levar em consideração o bem-estar do animal. Sobre o antropocentrismo FERREIRA *et al.* (2010, p.39 *apud* GRÜN, 1996, p.23) afirma que:

Uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica. No sistema de valores formado em consonância com essa ética, o Homem é o centro de todas as coisas. Tudo o mais no mundo existe unicamente em função dele. O Homem é o centro do mundo...

Ao passo que para Levai afirma que o antropocentrismo é “uma corrente de pensamento que faz do homem o centro do universo e, conseqüentemente, o gestor e usufrutuário do nosso planeta”. Mais uma vez o pensamento indo ao encontro que o ser humano é o centro do universo, desprezando qualquer forma de solidariedade de toda forma de vida não humana, subjugando outras criaturas.

Dessa forma, mesmo com o passar do tempo, o antropocentrismo esta arraigado na sociedade, nota-se isso pela falta de empatia para com todas as formas de vida, por meio da exploração e degradação ambiental e da constante

desvalorização das espécies. Silva explica que “Humanos têm se caracterizado pelo quase total poder sobre as demais espécies. Em nome de um domínio antropocêntrico, temos assistido a escravização e o genocídio de animais, vulneráveis ao poder humano”.

Assim, tendo em vista a temática abordada do direito dos animais se faz necessário o aspecto antropocêntrico da sociedade, pois o ser humano em comparação com os demais animais coloca-se em uma posição de superioridade, e com isso não leva em consideração os interesses dos animais não humanos.

Nesse sentido, Fernando Laerte Levai (2006, p. 172) preceitua que:

Há séculos que o homem, seja em função de seus interesses financeiros, comerciais, lúdicos ou gastronômicos, seja por egoísmo ou sadismo, compraz-se em perseguir, prender, torturar e matar as outras espécies. O testemunho da história mostra que a **nossa relação com os animais tem sido marcada pela ganância**, pelo fanatismo, pela superstição, pela ignorância e, pior ainda, **pela total indiferença perante o destino das criaturas subjugadas**. (Grifei).

Com o trecho mencionado acima, percebe-se que a nossa relação com os animais é apontada pela ganancia e indiferença, fazendo-se necessário vencer antigos padrões e passar a ter uma perspectiva não antropocêntrica para com os animais não humanos.

A partir deste pensamento, devemos ter um novo olhar especificamente, para o Direito dos Animais não humanos, nessa ótica Prada (2008, p.39) afirma: “à necessidade de mudança no sentido de valorizar não apenas o bem-estar do homem, mas também das outras formas de seres vivos, implicando nisso o bem comum, o bem de todo planeta. ”

No entanto, como alvo fácil e vulnerável os animais não humanos precisam de nossas vozes, visto que acabam tornando-se vítimas de uma sociedade egocêntrica, nessa concepção para Levai “o animal merece a consideração pelo que é, pelo carácter ímpar de sua existência e pelo fato de, simplesmente, *estar* no mundo”.

Diante disso, verifica-se a necessidade em estudar a historicidade do direito dos animais, para poder ter uma compreensão clara e objetiva que os animais não humanos fazem parte do nosso ciclo social e merecem ser tratados

com respeito, dignidade e consideração, os quais serão objeto de suma importância para o presente trabalho.

2.1 ANÁLISE HISTÓRICA DO DIREITO DOS ANIMAIS

O relacionamento entre o ser humano e os animais decorrem desde os primórdios da existência humana, pode-se observar na Bíblia em Gênesis 1:26 que Deus concedeu o domínio para os humanos de todos os animais, ao mencionar:

Então Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem, segundo a nossa semelhança, e que eles tenham domínio sobre os peixes do mar, sobre as criaturas voadoras dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todo animal rasteiro que se move sobre a terra.”

Mas com a visão antropocêntrica que os animais só existiam para servir ao ser humano sem dar importância para a sua proteção, no entanto, foram encontrados na Bíblia orientações específicas no que se refere o trato do humano para com o animal, em Êxodo 23:12 “Você deve fazer seu trabalho por seis dias; mas no sétimo dia não deve fazer nenhum trabalho, para que o seu touro e o seu jumento descansem...”, bem como em Deuteronômio 22:10 “Não are com um touro e um jumento no mesmo jugo.”

Obviamente a lei que Deus deu para os israelitas era para tratar bem os animais sem abusos, ou seja, era para dar-lhes proteção e cuidado, mas verificase ao longo da história humana que isso infelizmente não ocorreu, sendo essas leis ignoradas e em algumas culturas foram consideradas ultrapassadas.

Ao longo dos anos a vida animal passa a ter uma única finalidade que é de servir os humanos. Nas palavras de Ana Carolina (2018, p. 215):

Os animais nada mais eram do que seres irracionais e sem sentimentos que contribuíam para a manutenção da propriedade e, em alguns casos, considerados moedas de troca ou utilizados como meio de transporte.

Assim, a maneira da sociedade pensar está diretamente ligada à sua herança cultural, no qual está enraizado em nossa sociedade crenças, tradições e dogmas antigos.

Na Grécia a tradição estava arraigada no antropocentrismo no qual a vida animal tem uma única finalidade que é servir ao ser humano, uma vez que são incapazes de pensar, podendo ser controlados através do medo e da dor. Assim para o homem grego eles apareciam logo após os deuses, em seguida eram as mulheres, crianças, escravos, e por último os animais, com base nessa cadeia quem estava na base deveria servir os que se encontram nos degraus mais elevados.

Nota-se que na Grécia não havia conceito de direito animal, o animal simplesmente era o domínio do ser humano sobre o animal.

Mais adiante na história da humanidade, depara-se na maneira que o Império Romano é inserido no contexto como *res* tendo o animal como sujeito processual, (LEVAI, 2004, 19) aponta que os animais passaram a ser considerado como *res*, coisa, obtendo o mesmo regime jurídico que um objeto inanimado, juntamente com a ideia de propriedade privada.

Nesse sentido, o animal era tido para fins de interesse econômico e socioculturais para desviar atenção da população dos problemas enfrentados pelo Império Romano, no qual divertia o público por meio dos animais. Segundo Martins, (2008, p.119) “No período de perseguição ao cristianismo, as arenas foram ocupadas por espetáculos de violência, como a sangrenta entrega de cristãos a felinos.”

Após a queda o Império Romano houve mudança no tratamento em relação ao direito do animal, na área cível era possível a responsabilização pelos danos causados, e no âmbito penal foi atribuído como crime. Sobre a temática, Azkoul (1995, p. 27) articula que:

Durante a época dos bárbaros os animais foram incluídos na relação de direitos comuns, a qual sempre regulou as relações de pessoas na atualidade. Sendo certo que o animal na atualidade é irresponsável pelos próprios atos, respondendo por eles aqueles titulares que têm sob sua guarda o referido animal. A contra senso, antigamente, caso o animal cometesse uma falta devia ser punido; no entanto, eram-lhes reconhecidos direitos legais de serem assistidos por advogados e todos os meios de provas admitidas.

Especificamente nesta época, pode-se dizer que houve a igualdade de tratamento entre o ser humano e os animais não humanos.

Com o passar do tempo, notadamente na Idade Média esse pensamento mudou, voltando ao pensamento antropocêntrico, com os pensamentos de

Platão e Aristóteles a Igreja Católica adotou um posicionamento teológico sobre a vida animal, tendo o animal como máquina para satisfazer os desejos dos homens, e São Thomaz de Aquino menciona as seguintes palavras do Santo Augustinho: “por justíssima ordenação do Criador, a vida e a morte das plantas e dos animais está subordinada ao homem. ”

Mas como o direito rege a vida em sociedade, estando incessante em alteração, conforme preconiza Mesquita *et al.* (2019, p.113): “À medida que as sociedades evoluem, novos comportamentos e novos valores vão surgindo. ”

Assim, Voltaire foi um dos primeiros que não teve uma visão alicerçada no antropocentrismo acerca da opressão praticada contra os animais não humanos. Com isso, expõe que:

É preciso, penso eu, ter renunciado à luz natural, para ousar afirmar que os animais são somente máquinas. Há uma contradição manifesta em admitir que Deus deu aos animais todos os órgãos do sentimento e em sustentar que não lhes deu sentimento. Parece-me também que é preciso não ter jamais observado os animais para não distinguir neles as diferentes vozes da necessidade, da alegria, do temor, do amor, da cólera, e de todos os seus afetos; seria muito estranho que exprimissem tão bem o que não sentem. (VOLTAIRE, 1993, p. 169).

Outro autor que também não obteve uma visão antropocêntrica foi Rousseau, ele criticava experimentos feitos em animais, era inconcebível os humanos maltratar os animais não humanos desnecessariamente, em sua obra menciona que “deve ao menos dar a um o direito de não ser maltratado inutilmente pelo outro” (ROUSSEAU, 2001, p. 11).

Baseando-se no escritor Voltaire e no filósofo Rousseau que foram os pioneiros em teorizar em prol dos animais, com a ideia que o ser humano não é o centro de tudo contrariando assim as correntes antropocêntricas, essas teorias foram de ajuda para alterar a ótica que o mundo tem em relação ao direito dos animais, e com isso foi surgindo uma evolução no ordenamento jurídico.

Saindo da visão mais filosófica e indo ao encontro com o direito em si, Mesquita *et al.* (2019, p.114) afirma que:

Historicamente, as primeiras leis de proteção aos animais surgiram em Londres. Em 1800, foi proposta no parlamento britânico uma lei que proibia lutas de cães, e em 1809, outra lei que punia quem maltratasse animais domésticos. Os dois projetos não chegaram a ser aprovados, mas abriram caminho para que o tema começasse a ser discutido na Inglaterra.

No ano de 1824 na Inglaterra surgiu a Sociedade Protetora dos animais (Society for the Prevention of Cruelty to Animals – SPCA), esse movimento da proteção do animal expandiu para os Estados Unidos, e conseqüentemente para todo o mundo.

Além disso, no ano de 1876 na Inglaterra foi aprovada uma lei (Cruelty to Animals) de proteção animal, que pretendia limitar as atrocidades dos experimentos realizados nos animais não humanos.

Com essas primeiras intervenções no direito dos animais não humanos, outros países foram acompanhando esses movimentos revolucionários e introduzindo em seus ordenamentos jurídicos leis que protegiam os animais, mas após a Segunda Guerra países devastados pela guerra precisavam de produtos para impulsionar o país, com isso aumentou o consumo de origem animal e conseqüentemente na morte de milhões de animais por ano.

Diante desse acontecimento, foi necessário de um plano internacional em prol da defesa dos animais, em 1978 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) instituiu a Declaração Universal do Direito dos Animais, no qual representou uma mudança na forma de enxergar a relação entre os homens e os animais.

No Brasil, os animais eram utilizados na lavoura, pecuária e também como meio de transporte, havia intensa exploração dos animais, pois a população brasileira dependiam de pequenos animais como por exemplo: cavalos, jumentos, mulas.

E, para preservar o mercantilismo manifestou-se às Ordenações do Rei, e essas ordenações tinha como intuito proteger a fauna e flora, mas tinha uma visão antropocêntrica, pois a intenção do Rei era unicamente para obter lucro e não por questões ambientais.

Somente em 1886 na cidade de São Paulo teve a primeira legislação que realmente tinha a intenção de proteger os animais, que era o Código de Posturas, Resolução nº 139 de 1886 determinou que:

Art. 27. - É prohibido correr á cavallo, á galope, laçar e domar animaes pelas ruas desta villa; multa de 2\$000 ao infractor.

Art. 91. - O que conservar presos por mais de 6 horas animaes alheios, sem communicar ao fiscal; que lhe puzer freio de pau ou por outra qualquer forma os embarace de pastar e os maltrate, tosando a crina

ou a cauda, será multado em 20\$000, além de reparar o dano causado, a que fica obrigado.

Apesar desta Resolução, para o Código Civil de 1916 o posicionamento civilista em relação aos direitos dos animais era como mero objetos, não os tutelava, eram esquecidos. Somente em 1920 teve a promulgação do Decreto nº 14.529 que regulamentava a proteção aos animais, conforme previa o art.5:

Art. 5º Não será concedida licença para corridas de touros, garraios e novilhos, nem briga de gallos e canarios ou quaesquer outras diversões desse genero que causem soffrimentos aos animaes.

Diante deste cenário de medidas protetivas referente ao tratamento do ser humano para com os animais, o Governo de Getúlio Vargas promulgou o Decreto nº 24.645/1934 que estabeleceu “medidas de proteção aos animais”, tanto na esfera cível como penal, o decreto determinou que os animais seriam tutelados pelo Estado (art.1º), quem maltratasse os animais a pena seria multa e prisão e os animais seriam representados pelos Ministério Público (art.2º, § 3º) e também tipificou a conduta de maus tratos (art.3º).

O Decreto nº 24.645/1934 serviu como parâmetro para delimitar o que são maus tratos e como são nocivos para a vida dos animais e qual será a responsabilidade caso pratique.

Dessa forma, teve como ápice o Decreto Lei nº 3.688/41 no qual tipificava a crueldade animal como contravenção penal, conforme dispõe o art.64, *in verbis*:

Art. 64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:

Pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis.

§ 1º Na mesma pena incorre aquele que, embora para fins didáticos ou científicos, realiza em lugar público ou exposto ao publico, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo.

§ 2º Aplica-se a pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público.

Há, ainda, outros Decretos e Leis para proteção animal, como o Decreto 50.620/1961 que proibiu brigas de galo e animais de qualquer espécie, no qual é conhecido atualmente como “rinha. ”

Com o advento da Lei 6.938/1981, estabeleceu sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, onde o Ministério Público obteve a legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Mas somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, § 1º, inciso VII que os animais obtiveram a proteção jurídica constitucional, garantindo-lhes direitos fundamentais e fazendo parte de suas cláusulas pétreas da seguinte forma:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Seguindo essa linha dos passos constitucionais, foi criada a Lei Federal 9.605/1998, conhecida como a “Lei dos Crimes Ambientais”, especificamente em seu art.32, destaca-se:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Apesar dos avanços significativos no ordenamento jurídico brasileiro, mas não em âmbito nacional, alguns Estados intensificaram a proteção e o bem-estar animal por criar Leis, como o Estado de Santa Catarina – Lei nº 12.854/2003 que em 2018 foi acrescido pela Lei nº 17.485/2018 o art. 34-A dispõe que os “cães, gatos e cavalos são seres sencientes”.

No Rio Grande do Sul Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais por meio da Lei nº 11.915/2003 e em Janeiro de 2020 por meio da Lei 15.434 Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande

do Sul, reconhecendo no art. 216 que os animais domésticos são “seres sencientes, capazes de sentir sensações e sentimentos de forma consciente”.

Nessa vertente, o Estado da Paraíba por meio da Lei 11.140/2018 também reconheceu no art. 2º que os animais são seres sencientes.

Assim, percebe-se que este é um breve panorama histórico no âmbito infraconstitucional brasileiro para proteger e amparar os animais não humanos.

Mas, nota-se que historicamente desde os ditames da Bíblia, juntamente com escritores e filósofos, sempre procuraram este caminho de proteção para com os animais, para não tratá-los como mero objeto e nem com crueldade.

Portanto, o saber filosófico e nem mesmo a Bíblia foram suficientes para proteger os direitos dos animais não humanos, ou seja, foram necessárias criações de leis nacionais e internacionais para coibir os maus tratos para com esses seres tão vulneráveis. Nesse ponto, segundo Mesquita *et al.* (2019, p.122) esclarece que:

O endurecimento das penas impostas a quem comete crueldade contra estes seres vivos, é reflexo de uma mudança de comportamento social, onde não é mais admitido que alguns animais sejam tratados como objetos inanimados.

Contudo, felizmente hoje a sociedade contemporânea está buscando resgatar e criar leis específicas que busquem de forma objetiva e efetiva a segurança, a proteção e o cuidado para com os animais não humanos.

2.2 DIREITO DE PERSONALIDADE DE TODO SER VIVO

Face do que foi exposto até o presente momento, a civilização desde os primórdios sempre adotou uma visão antropocêntrica e conseqüentemente levando ao encontro do especismo.

Sobre o termo especismo Mesquita *et al.* (2019, p.18) afirma que: “Os especistas consideram os animais não-humanos como seres inferiores, crendo que os animais existem para servir ao homem e, portanto, podem ser explorados.”

Apesar de ter uma evolução jurídica para proteção aos animais não humanos, sempre foi voltado para cunho econômico, ou seja, de maneira

egoísta, sendo exposto a exploração e crueldade, ocorrendo a discriminação entre espécie humana e não humana.

Os animais não humanos tradicionalmente são considerados inferiores, desprovidos de direito, mas vale lembrar que: “Todas as formas de vida importam”. Nesta linha FERREIRA *et al.* (2010, p.46) acrescenta:

Como afirmou Albert Schweitze, Prêmio Nobel da Paz em 1952, defendendo que a vida é a expressão máxima do sentido do universo: *“O homem não pode viver para si. Devemos tomar consciência de que toda a vida é preciosa e que estamos unidos a todas as formas de vida.”* (Grifo no original).

A partir destes pensamentos pode-se discorrer sobre o direito dos animais domésticos, ou sendo mais específico, na proteção deles, tendo um novo olhar sobre a necessidade e a importância da tutela jurídica, tendo em vista que são mais vulneráveis que os humanos, e que não detêm a capacidade suficiente para se defenderem.

Assim, quando aborda a temática de personalidade jurídica de todo o ser vivo, é uma necessidade de dar um passo além, com o intuito de conferir-lhes valor essencial para a sua sobrevivência no convívio humano com dignidade e respeito.

Ao passo que o direito de personalidade do ser humano pertence como indivíduo, pois é inerente à vida, como dispõe o art. 2º do Código Civil, nesse prisma pode-se deduzir que os animais também têm direito a personalidade, para terem direito à vida e não ao sofrimento.

De acordo com Renan (2016, p.45) define o direito de personalidade como:

Neste momento, cumpre-nos analisar o significado de “personalidade”, visto que não há como negar a associação de sua ideia à de atributo inseparável do ser humano na ordem jurídica e à opção do Código Civil ter adotado o conceito de pessoa. (...) os direitos da personalidade e inerentes ao ser humano, independentemente de positivação.

E ainda, Venosa (2019, p.4) salienta que “O Código refere-se à personalidade civil da “pessoa” nessa disposição, ao ser humano”.

Nesse sentido, o Código Civil no art.1º traz que “Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil”, ou seja, tem titularidade de direito, são sujeitos de direitos, nesse prisma Venosa (2019, p.3) menciona que:

A sociedade é constituída de *pessoas*. Os animais e as coisas podem ser *objeto* de Direito, mas nunca serão *sujeitos* de Direito, atributo exclusivo da *pessoa*. Toda pessoa estará sempre participando das relações jurídicas, de direitos e deveres. O estudo do Direito deve começar pelo conhecimento e compreensão das pessoas, os sujeitos de direito, porque são elas que se *relacionam* dentro da sociedade. (...) *Personalidade jurídica*, pois, deve ser entendida como a aptidão para adquirir direitos e contrair obrigações. A *capacidade* jurídica dá a extensão da personalidade, pois, à medida que nos aprofundarmos nos conceitos, veremos que pode haver capacidade relativa a certos atos da vida civil, enquanto a personalidade é terminologia genérica. Nesse diapasão, distingue-se a *capacidade de direito ou jurídica*, aquela que gera a aptidão para exercer direitos e contrair obrigações, da *capacidade de fato*, que é a aptidão “pessoal” para praticar atos com efeitos jurídicos. (Grifo no original).

Ao passo que os animais não humanos são tidos como meros objetos, mostra-se a necessidade de conceder personalidade jurídica para possibilitar a defesa dos seus direitos, para Gonçalves (2017, p.110) menciona que:

Os animais não são considerados sujeitos de direitos, embora mereçam proteção. Por essa razão, não têm capacidade para adquirir direitos. Não podem, por exemplo, ser beneficiados em testamento, a não ser indiretamente, sob a forma de encargo, imposto a herdeiro testamentário, de cuidar deles.

Nesse sentido, segue entendimento jurisprudencial.

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A DEPENDER DO CASO CONCRETO. 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII -"proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"). **2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais**, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, **não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato**

de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica. 3. No entanto, os animais de companhia possuem valor subjetivo único e peculiar, aflorando sentimentos bastante íntimos em seus donos, totalmente diversos de qualquer outro tipo de propriedade privada. Dessarte, o regramento jurídico dos bens não se vem mostrando suficiente para resolver, de forma satisfatória, a disputa familiar envolvendo os pets, visto que não se trata de simples discussão atinente à posse e à propriedade. 4. Por sua vez, a guarda propriamente dita - inerente ao poder familiar - instituto, por essência, de direito de família, não pode ser simples e fielmente subvertida para definir o direito dos consortes, por meio do enquadramento de seus animais de estimação, notadamente porque é um munus exercido no interesse tanto dos pais quanto do filho. Não se trata de uma faculdade, e sim de um direito, em que se impõe aos pais a observância dos deveres inerentes ao poder familiar. **5. A ordem jurídica não pode, simplesmente, desprezar o relevo da relação do homem com seu animal de estimação, sobretudo nos tempos atuais.** Deve-se ter como norte o fato, cultural e da pós-modernidade, de que há uma disputa dentro da entidade familiar em que prepondera o afeto de ambos os cônjuges pelo animal. Portanto, a solução deve perpassar pela preservação e garantia dos direitos à pessoa humana, mais precisamente, o âmago de sua dignidade. **6. Os animais de companhia são seres que, inevitavelmente, possuem natureza especial e, como ser senciente - dotados de sensibilidade, sentindo as mesmas dores e necessidades biopsicológicas dos animais racionais -, também devem ter o seu bem-estar considerado.** 7. Assim, na dissolução da entidade familiar em que haja algum conflito em relação ao animal de estimação, independentemente da qualificação jurídica a ser adotada, a resolução deverá buscar atender, sempre a depender do caso em concreto, aos fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, com a proteção do ser humano e do seu vínculo afetivo com o animal. **8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido.** 9. Recurso especial não provido. (STJ - REsp: 1713167 SP 2017/0239804-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 19/06/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2018) (Grifei).

Dessa forma, o Código Civil exclui os animais não humanos como sujeitos de direito, e protege os direitos de personalidade dos humanos, nota-se que o Código Civil no artigo 12 do mesmo dispositivo legal estabelece: “Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. ”

Além disso, devemos nos lembrar que nem todo o ser humano possuem capacidade plena do seu exercício de direito, mas nem por isso deixaram de ser titulares de direito, como, por exemplo, pessoas que se encontram em estado vegetativo, os bebês e as pessoas débeis.

Assim, preservam a dignidade somente dos humanos, excluindo os animais desse contexto, conforme expõe Noirtin (2010, p.142-143) ao afirmar que “o Código Civil Brasileiro, os animais são considerados “coisas”, não sendo titulares de direitos nem de obrigações. Neste diploma legal as infrações contra os animais pertencem à mesma categoria que as infrações contra os bens. ”

Um exemplo disso, pode-se observar na Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU (Bruxelas – Bélgica, 27 de janeiro de 1978) no qual previu o mínimo de garantia para os animais:

ARTIGO 1: Todos os animais nascem iguais diante da vida, e têm o mesmo direito à existência.

ARTIGO 2:

- a) Cada animal tem direito ao respeito.
- b) O homem, enquanto espécie animal, não pode atribuir-se o direito de exterminar os outros animais, ou explorá-los, violando esse direito. Ele tem o dever de colocar a sua consciência a serviço dos outros animais.
- c) Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem.

ARTIGO 5:

- a) Cada animal pertencente a uma espécie, que vive habitualmente no ambiente do homem, tem o direito de viver e crescer segundo o ritmo e as condições de vida e de liberdade que são próprias de sua espécie.

ARTIGO 14:

- a) As associações de proteção e de salvaguarda dos animais devem ser representadas a nível de governo.
- b) Os direitos dos animais devem ser defendidos por leis, como os direitos dos homens.

Assim sendo, a vida a liberdade desses animais não humanos deverá ser preservada, pois, cada animal tem sua personalidade própria, conforme a sua espécie, natureza biológica e sensibilidade.

Por essa ótica, devemos valorar o conceito de vida, o conceito básico de moral para com os animais não humanos, para eles, serem sujeitos de direito no meio em que se adéquam, por terem uma personalidade *sui generis*, conforme o Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2018, que dispõe sobre a natureza jurídica dos animais não humanos.

Nesse prisma, importante lição de Ackel (2001, p.31) que pondera:

O direito dos animais constituem expressão da própria natureza, do bem e do justo e, por conseguinte, traduzem-se em valores éticos da humanidade, que ao sistema jurídico positivo cumpre assimilar para efetiva normatização. Assim, alimentada pela moral, a lei poderá impor sanções concretas para os infratores e permissões jurídicas expressas

para a tutela processual dos direitos subjetivos dos animais, já que eles não são meras coisas, mas sujeitos de direito.

Percebe-se que os animais pela legislação brasileira ainda são classificados como coisa, desprovidos de personalidade e diante desse cenário mostra-se essencial uma regulamentação da legislação brasileira para os animais não serem mais definidos como objetos ou coisas.

Sendo assim, faz-se necessária a reflexão de Benjamim (2001, p.168):

O reconhecimento de direitos aos animais – ou mesmo à natureza – não leva ao resultado absurdo de propor que seres humanos e animais tenham os *mesmos* ou *equivalentes* direitos. O que se propõe é uma mudança de paradigma na dogmática jurídica. (grifo no original)

E, ainda, Souza (2014, p.113) aborda o direito de personalidade da seguinte maneira: “Os animais possuem direitos que lhe são inerentes por natureza. Não tem personalidade jurídica, entretanto, são portadores naturais do direito à vida. Eles têm seus direitos estampados em estatutos e normas jurídicas.”

Portanto, é necessário o reconhecimento formal no âmbito civil, para os animais não humanos adquirirem uma personalidade *sui generis*, que transita entre pessoa e objeto, sem se confundirem, tendo em vista que os animais são seres senciente e possuem interesses próprios, não podendo mais serem considerados como “objetos” ou “coisa”.

2.3 UM SER DESPERSONIFICADO COMO SUJEITO DE DIREITO

Para tratar desse tema, é importante delimitar o conceito de sujeito de direito e objeto jurídico. Cumpre mencionar que sujeito tem origem do latim *subjectus* que significa sujeição e objeto jurídico tem origem do latim *obiectum* que significa que é posto diante, sobre a temática, Costa (2003, p.55) afirma que:

Subjectum indica “o que está subordinado”, distinto de objectum, “o que está colocado adiante”, derivado do verbo latino objicere. Essa é a linha que interessa, pois, no séc. XVI, ganha o sentido de “causa, motivo” e, mais tarde, o de “pessoa que é motivo de algo” para, finalmente, designar “pessoa considerada nas suas aptidões”.

Assim, o conceito de sujeito de direito no ordenamento jurídico é dividido em pessoa jurídica e pessoa natural, e ambas são detentoras de direitos e obrigações, no qual é atribuída personalidade jurídica.

Sobre o assunto Coelho (2006, p.80) menciona que: “sujeito de direito é o centro de imputação de direitos e obrigações referidos em normas jurídicas com a finalidade de orientar a superação de conflitos e interesses que envolvem direta ou indiretamente homens e mulheres. ”

Nesse sentido, o ser humano é sujeito de direito pela sua existência natural, de acordo com o art. 2º do Código Civil em seu “nascimento com vida”, em contrapartida a pessoa jurídica tem personalidade reconhecida para atender as necessidades humanas, como demonstra Diniz (2007, p.229) que: “pessoa jurídica é a unidade de pessoas naturais ou de patrimônios, que visa à consecução de certos fins, reconhecida pela ordem jurídica como sujeito de direitos e obrigações. ”

Assim, entende-se que pessoa natural e pessoa jurídica, são sujeitos de direito e tem personalidade jurídica, ou seja, tem diferenças entre si, mas ambas possuem obrigações.

Embora exista sujeitos de direitos personificados, há também os despersonalizados que são:

- a) Espólio é o “conjunto de herdeiros e dos bens deixados pelo falecido”;
- b) Herança Jacente é a “herança sem herdeiro conhecido” como dispõe o art.1.819 a 1.823, do Código Civil;
- c) Massa Falida é o “patrimônio da sociedade cuja falência foi decretada”;
- d) Condomínio Edifício são unidades autônomas de edificação, podendo ser residencial ou comercial que tem interesses comuns, como dispõe o capítulo VII do Código Civil – Do Condomínio Edifício;
- e) Sociedade em Comum que atua sem o registro na Junta Comercial, conforme os arts. 986 a 990, do Código Civil; e
- f) Conta de Participação que é um sujeito de direito comum contrato de investimento celebrados entre empresários, de acordo com os arts. 991 a 996, do Código Civil.

Assim, os entes despersonalizados não foram enquadrados na categoria de pessoas jurídicas, com isso, Gonçalves (2000, p. 194) afirma que:

Nem todo grupo social constituído para a consecução de fim comum é dotado de personalidade. Alguns, malgrado possuam características peculiares à pessoa jurídica, carecem de requisitos imprescindíveis à personificação. Reconhece-lhes o direito, contudo, na maioria das vezes, da representação processual.

Ao passo que nem todo sujeito de direito será uma pessoa, os despersonalizados não detêm de personalidade reconhecida por lei, mas são tratados como pessoas fossem, pois, são legítimos para integrarem como sujeitos de direito na relação processual tanto de maneira ativa como de maneira passiva, tendo assim, direitos e deveres.

Por isso, é necessário desconstruir a coisificação animal criado sob o dogma antropocêntrico tão arraigado na sociedade, para se ter um novo pensamento que os animais devem ser protegidos assim como o ser humano, e os despersonalizados como articula Xavier (2013, p. 16009) ao afirmar que:

Um deficiente mental, ou um bebê, conquanto não tenha um desenvolvimento mental completo, deve ser tutelado pelas leis, por terem a capacidade de resistência limitada. O mesmo raciocínio se aplica ao âmbito dos direitos dos animais, porquanto, mesmo que eles não tenham um pensamento organizado, são mais vulneráveis aos ataques e agressões dos seres humanos. Os animais não podem se defender, sozinhos, dos abusos praticados contra a espécie e tampouco reivindicar direitos.

No entanto, os animais não humanos ainda são considerados coisas no Código Civil, Lourenço (2013, p. 3035) expõe que: “Entretanto, continua, até os dias de hoje, a serviço da exclusão dos animais não-humanos do rol de autênticos sujeitos de direito, conduzindo a uma equivocada polarização e diferenciação entre humanos e não-humanos. ”

Com isso, depois de muitos anos de debates e lutas pela consideração dos animais não humanos como sujeito de direitos, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto Lei 27/2018, onde confere aos animais não humanos a: “natureza jurídica *sui generis* e são sujeitos de direitos despersonalizados”, reconhecendo também que “os animais não humanos possuem natureza biológica e emocional e são seres sencientes, passíveis de sofrimento”.

Dessa forma, ter esse novo entendimento é lutar para a proteção desses seres dando-lhes capacidade jurídica para terem sua dignidade e integridade física e psíquica resguardada de todo modo de exploração e crueldade, reconhecendo a importância dos animais para os humanos.

2.4 SITUAÇÃO ATUAL DO DIREITO DOS ANIMAIS

Conforme, ficou observado acima, os animais são tratados na legislação brasileira como objetos ou coisas, fica evidente que precisa-se de uma legislação nacional para protegê-los.

Embora os humanos e os animais não possuam semelhanças, isso não significa que não mereçam respeito e tão pouco que ambos os seres vivos sejam superiores uns aos outros.

Nesse prisma, vale lembrar o entendimento jurisprudencial:

A condenação dos atos cruéis não possui origem na necessidade do equilíbrio ambiental, mas sim no reconhecimento de que os animais são dotados de uma estrutura orgânica que lhes permite sofrer e sentir dor. A rejeição a tais atos, aflora, na verdade, dos sentimentos de justiça, de compaixão, de piedade, que orientam o ser humano a repelir toda e qualquer forma de mal radical, evitável e sem justificativa razoável.

A consciência de que os animais devem ser protegidos e respeitados, em função de suas características naturais que os dotam de atributos muito semelhantes aos presentes na espécie humana, é completamente oposta à ideia defendida pelo recorrente, de que animais abandonados podem ser considerados coisas, motivo pelo qual, a administração pública poderia dar-lhes destinação que convier, nos termos do art. 1.263 do CPC.

Ademais, a tese recursal colide agressivamente não apenas contra tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Afronta, ainda, a Carta Fundamental da República Federativa do Brasil e a leis federais que regem a Nação.

A Declaração Universal dos Direitos dos Animais, da Unesco, celebrada na Bélgica em 1978, dispõe em seu art. 3º, que: "Artigo 3º 1. Nenhum animal será submetido nem a maus tratos nem a atos cruéis. 2. Se for necessário matar um animal, ele deve de ser morto instantaneamente, sem dor e de modo a não provocar-lhe angústia."

No mesmo sentido a Constituição Federal:

"Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...) **VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função**

ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade ."(Grifo no original) (STJ - REsp: 1115916 MG 2009/0005385-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 01/09/2009, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/09/2009)

Assim, diante desse cenário, há diversos projetos de leis em tramitação no Poder legislativo, dentre eles são:

- Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2015, que acrescenta parágrafo único ao art.82, e inciso IV ao art. 83 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para que determinar que os animais não serão considerados coisas.
- Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Institui o estatuto de proteção dos animais, considerando-a como interesse difuso, estabelece o direito à proteção à vida e ao bem-estar, a vedação de práticas e atividades que se configurem como cruéis ou danosas da integridade física e mental, tipifica os maus-tratos e dispõe sobre infrações e penalidades.
- Projeto de Lei do Senado nº 677, de 2015, institui o Estatuto dos Animais, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
- Projeto de Lei nº 2950, de 2019, dispõe sobre normas gerais de proteção aos animais em situação de desastre e altera as Leis nos 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais) e 12.334, de 20 de setembro de 2010 (Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB), para tipificar crimes de maus tratos a animais relacionados a ocorrência de desastres e para incluir os cuidados com animais vitimados por desastres na PNSB.
- Projeto de Lei nº 1095, de 2019, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime

de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Estabelece pena de reclusão de 2 a 5 anos e proibição de guarda quando praticado ato de abuso, maus-tratos ou mutilação contra cães e gatos. E no dia 29 de setembro de 2020 foi sancionada a Lei nº 14.064 de 2020, referente esse projeto de lei devido um cachorro chamado Sansão que teve as duas patas traseiras decepadas

- Projeto de Lei nº 2475, de 2020, dispõe sobre a posse responsável de animais de estimação.

Embora haja diversos projetos de leis e até mesmo leis para proteção aos animais, as mesmas, não alteram e muito menos entram na seara para definir os conceitos da situação jurídica para com os animais não humanos.

Ao passo que teve um avanço para protegê-los de maus tratos, ainda existe questões abertas, sem serem resolvidas, pois ainda há uma postura discriminatória, ou seja, antropocêntrica, em relação aos animais não humanos.

Portanto, nota-se que é necessário que tenha legislação brasileira em que os animais não humanos sejam detentores de direito, estabelecendo um novo estatuto jurídico dos animais, pelo fato de terem senciência, afastando a perspectiva limitada da visão antropocêntrica e focando em uma nova era do direito dos animais, por reconhecer o direito básico desses seres tão vulneráveis, no qual não tem uma voz ativa em nossa sociedade.

3 SUJEITOS DE DIREITO

Nesse capítulo será abordado o fato que por mais que os animais não humanos são considerados como meros objetos, conforme prevê o Código Civil no seu art. 82 que diz: “São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.”

Assim, os animais não humanos são utilizados na seara da pesquisa, entretenimento, alimentação, vestuário e esportes, há necessidade de lhes conferir proteção jurídica, pois as suas práticas expõem a sua condição de serem tidos e vistos como objeto de direito.

Dito isso, para podermos considera-los como sujeitos de direito é imprescindível destacarmos a Declaração Universal do Direito dos Animais, em seu art. 2º, alíneas “a” e “c” que menciona: “a) *Cada animal tem direito ao respeito.* c) *Cada animal tem direito à consideração, à cura e à proteção do homem.*”

Sabe-se que a sua proteção está ampara na Constituição Federal em seu art. 225, § 1º, VII que diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, **vedadas**, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou **submetam os animais a crueldade**. (Grifei)

Também há de se considerar o texto do art. 32 da Lei 9.605/1998:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda. (Incluído pela Lei nº 14.064, de 2020)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Tendo em vista que há proteção jurídica para os animais não humanos, dá a eles o atributo de sujeitos de direito, mesmo não possuindo capacidade de autodefesa, cabendo ao Poder Público, Ministério Público tutelá-los, possuindo capacidade de estar em juízo por serem representados.

Em julgamento o STJ considerou que apesar dos animais serem bens semoventes não podem serem consideradas como meras “coisas inanimadas” conforme entendimento jurisprudencial:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. AQUISIÇÃO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO. INTENSO AFETO DOS COMPANHEIROS PELO ANIMAL. DIREITO DE VISITAS. POSSIBILIDADE, A

DEPENDER DO CASO CONCRETO. 1. Inicialmente, deve ser afastada qualquer alegação de que a discussão envolvendo a entidade familiar e o seu animal de estimação é menor, ou se trata de mera futilidade a ocupar o tempo desta Corte. Ao contrário, é cada vez mais recorrente no mundo da pós-modernidade e envolve questão bastante delicada, examinada tanto pelo ângulo da afetividade em relação ao animal, como também pela necessidade de sua preservação como mandamento constitucional (art. 225, § 1, inciso VII -"proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade"). 2. O Código Civil, ao definir a natureza jurídica dos animais, tipificou-os como coisas e, por conseguinte, objetos de propriedade, não lhes atribuindo a qualidade de pessoas, não sendo dotados de personalidade jurídica nem podendo ser considerados sujeitos de direitos. Na forma da lei civil, o só fato de o animal ser tido como de estimação, recebendo o afeto da entidade familiar, não pode vir a alterar sua substância, a ponto de converter a sua natureza jurídica.

(...)

A preocupação com a proteção dos animais de companhia não é exclusividade dos brasileiros. Diversos outros ordenamentos, "como da Áustria, da Alemanha e da Suíça indicam expressamente que os animais não são coisas. Outros, como da França e da Nova Zelândia, vão mais além, indicando que os animais são seres sencientes" (CHAVES, Marianna. op. cit.).

Em Portugal, por exemplo, houve sensível modificação em seu Código Civil - Lei nº 8, de 2017 - dispondo que os animais são seres vivos dotados de sensibilidade (art. 201-B) e que, na ausência de lei especial, deverão ser submetidos às disposições relativas às coisas, desde que não se mostrem incompatíveis com a sua natureza (art. 201-D).

O Código Civil Alemão (Bürgerliches Gesetzbuch), o conhecido BGB, por sua vez, alterou o título "Coisas" (Sachen) para que nele passasse a constar "Coisas. Animais" (Sachen. Tiere), prevendo em seu § 90-A, que "os animais não são coisas. Os animais são protegidos por leis especiais. Os animais são regulados pelas regras relativas às coisas, com as necessárias modificações exceto se de outra maneira for previsto".

Já o Código Civil Francês previu que "os animais são seres vivos dotados de sensibilidade. Salvo disposição especial que os proteja, os animais são submetidos ao regime dos bens" (art. 515-14).

7. Aqui no Brasil, doutrina e jurisprudência vêm-se dividindo basicamente em três correntes. Os que pretendem elevar os animais ao status de pessoa, haja vista que, biologicamente, o ser humano é animal, ser vivo com capacidade de locomoção e de resposta a estímulos, inclusive em relação aos grandes símios, que, com base no DNA, seriam parentes muito próximos dos humanos. Em razão disso, ao animal deveria ser atribuído direitos da personalidade, o próprio titular do direito vindicado, sob pena de a diferença de tratamento caracterizar odiosa discriminação.

Alguns entendem que o melhor seria separar o conceito de pessoa e o de sujeito de direito, possibilitando a proteção dos animais na qualidade de sujeito de direito sem personalidade, dando-se proteção em razão do próprio animal, e não apenas como objeto (na qualidade de patrimônio do seu proprietário) ou de direito difuso como forma de proteção ao meio ambiente sustentável.

(...)

Portanto, buscando atender os fins sociais, atentando para a própria evolução da sociedade, independentemente do nomen iuris a ser adotado, penso que a resolução deve, realmente, depender da análise do caso concreto, mas será resguardada a ideia de que **não se está**

diante de uma "coisa inanimada", sem lhe estender, contudo, a condição de sujeito de direito. Reconhece-se, assim, um terceiro gênero, em que sempre deverá ser analisada a situação contida nos autos, voltado para a proteção do ser humano, e seu vínculo afetivo com o animal.

8. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu que a cadela fora adquirida na constância da união estável e que estaria demonstrada a relação de afeto entre o recorrente e o animal de estimação, reconhecendo o seu direito de visitas ao animal, o que deve ser mantido. 9. Recurso especial não provido.

(STJ - REsp: 1713167 SP 2017/0239804-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 19/06/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/10/2018). (Grifei).

Assim, como seres sencientes eles precisam ter garantias para preservar a sua integridade física e emocional, portanto, não há justificativas em tratá-los como coisa, mas sim como sujeitos de direito, sujeitos de uma vida, digna e equilibrada.

Sobre o assunto São José *et tal* (2016, p.168) menciona que “os animais não humanos devem perder o status jurídico de “coisa” e passar a ocupar o status de sujeito de direito e, por conseguinte, detentores de subjetividade jurídica”.

Nesse sentido, Regan (2006, p.62) menciona:

Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque estamos todos no mundo. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque somos todos conscientes do mundo. Como sujeitos-de-uma vida, somos todos iguais porque o que acontece conosco é importante para nós. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos iguais porque o que acontece conosco (com nossos corpos, nossa liberdade ou nossas vidas) é importante para nós, quer os outros se preocupem com isso, quer não. Como sujeitos-de-uma-vida, não há superior nem inferior, não há melhores nem piores. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos moralmente idênticos. Como sujeitos-de-uma-vida, somos todos moralmente iguais.

Por isso, pode-se afirmar que uma coisa não pode ser bem ou maltratada, pois não há sensibilidade, não há vida, diferentemente dos animais que são seres sencientes.

Mas, sabe-se que a corrente antropocêntrica se opõe a corrente não antropocêntrica, visto que esse pensamento não reconhece em conceder ou até a possibilidade em conferir direitos para os animais não humanos.

Com pensamento totalmente antropocêntrico Venosa (2013, p.127) enfatiza que: “A sociedade é composta de pessoas. São essas pessoas que a

constituem. Os animais e as coisas podem ser objeto de Direito, mas nunca serão sujeitos de Direito, atributo exclusivo da pessoa. ”

Mais à frente o autor Venosa (2013, p. 137) traz outro argumento, no qual salienta:

Os animais e os seres inanimados não podem ser sujeitos de direito. Serão, quando muito, objetos de direito. As normas que almejam proteger a flora e a fauna o fazem tendo em mira a atividade do homem. Os animais são levados em con-sideração tão só para sua finalidade social, no sentido protetivo.

E ainda, o autor Dias (2006, p.120) compartilha do mesmo pensamento antropocêntrico ao afirmar: “(...)que os direitos só podem ser aplicados a pessoas. E, portanto, só as pessoas físicas ou jurídicas podem ser sujeitos de direitos. ”

Por outro lado, em uma visão ecocentrica, Ackel Filho (2001, p.31-39), se faz interessante a reflexão sobre que os animais não humanos dispõem de uma personalidade *sui generis*, e com isso, se faz necessário que sejam sujeitos de direito. O autor discorre:

O direito dos animais constituem expressão da própria natureza, do bem e do justo e, por conseguinte, traduzem-se em valores éticos da humanidade, que ao sistema jurídico positivo cumpre assimilar para efetiva normatização. Assim, alimentada pela moral, a lei poderá impor sanções concretas para os infratores e permissões jurídicas expressas para a tutela processual dos direitos subjetivos dos animais, já que eles não são meras coisas, mas sujeitos de direito.

Assim, o mencionado autor analisa que é necessário o reconhecimento dos animais não humanos e não propor que os animais e os seres humanos tenham os mesmos ou semelhantes direitos, mas sim que se reconheça os animais como sujeitos de direitos a vida, a liberdade e a integridade física e mental.

Nesse sentido, na Câmara dos Deputados há Projeto de Lei nº 7991 de 2014, no qual tem por objetivo alterar o Código Civil acrescentando Livro das Pessoas, no qual tem a seguinte redação:

Art.2-A. Os animais gozam de personalidade jurídica *sui generis* que os tornam sujeitos de direitos fundamentais em reconhecimento a sua condição de seres sencientes.

Parágrafo único: São considerados direitos fundamentais a alimentação, a integridade física, a liberdade, dentre outros necessários a sobrevivência digna do animal.

Portanto, a justificativa desse Projeto de Lei informa que o objetivo da alteração é a consideração que os animais são seres sencientes “a concretização e efetivação de direitos fundamentais capazes de garantir um tratamento legal mais digno e justo a estes seres sencientes”. (CÂMARA, 2014).

3.1 REQUISITOS DE UMA PERSONALIDADE JURÍDICA

A doutrina mais conservacionista exclui os animais não humanos de uma personalidade e até mesmo sobre ter capacidade jurídica, ficando ao liame do status de “coisa”.

Nesse sentido, para Gonçalves (2017, p.111) declara que:

Os animais não são considerados sujeitos de direitos, embora mereçam proteção. Por essa razão, não têm capacidade para adquirir direitos. Os animais não são considerados sujeitos de direitos, embora mereçam proteção. Por essa razão, não têm capacidade para adquirir direitos.

Por conseguinte, alude o autor Fiuza *et al.* (2014, p.59), no qual corrobora com o entendimento proposto por comentar que:

Pessoa [aquele que detém personalidade, portanto] é o ente dotado de certas características conferidas pelo ordenamento jurídico, em virtude das quais passa a participar, ativa e passivamente, da vida política, econômica e social de determinado Estado, na condição de titular de direitos e deveres. A pessoa pode ser física (natural) ou jurídica, cada qual com suas características, ambas, porém, titulares de direitos e deveres, isto é, ambas sujeitos de direito.

E ainda, Fiuza e Gontijo (2014, p.60) discorre o seguinte:

Ser sujeito de direito significa ser titular de direitos e deveres e, portanto, ser dotado de capacidade de gozo, ou de direito. A capacidade de direito, ou subjetividade, é, assim, a materialização da pessoa, mas não só dela; é também a materialização de outros entes sem personalidade, que passam a gozar de direitos e deveres. Ao revés, a subjetividade não se confunde com a capacidade de exercício, que é a realização da personalidade. É característica exclusiva das pessoas.

Sendo assim, percebe-se que a ideia de ser apenas um ente vivo não é uma característica exclusiva dos animais não humanos para possuírem uma personalidade jurídica.

Contudo, de acordo com o art. 2º do Código Civil diz que: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro”. Assim, ser pessoa para ser sujeito de direitos não se equivalem, visto que os nascituros são despersonalizados.

Nessa linha de pensamento, o autor São José *et al* (2016, p.151) acrescenta:

os animais não humanos são sujeitos despersonalizados ou atípicos, pois não são detentores de personalidade jurídica somente pelo fato de ser o legislador quem irá determinar quem a possui ou não. Em contrapartida, é possível reconhecê-los como detentores de subjetividade, pois esta, enquanto fato social, pode ser ampliada ou restringida.

No que tange ao aspecto negativo sobre os requisitos de uma personalidade jurídica quem irá determinar se terá direito ou não será o legislador.

Por outro lado, o aspecto positivo há diversas legislações que inclui em seus textos normativos atos de anticrueldade e isso vem sendo efetivado, como pode-se destacar sobre uma senhora de 75 anos e por cerca de 23 anos tinha papagaio, no qual mantinha relação de domesticação e ele foi apreendido pelo IBAMA que teve o seguinte julgado:

ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. NÃO CONFIGURADA A VIOLAÇÃO DO ART. 1.022/CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. MULTA JUDICIAL POR EMBARGOS PROTETÓRIOS. INAPLICÁVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 98/STJ. MULTA ADMINISTRATIVA. REDISSCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. INVASÃO DO MÉRITO ADMINISTRATIVO. GUARDA PROVISÓRIA DE ANIMAL SILVESTRE. VIOLAÇÃO DA DIMENSÃO ECOLÓGICA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA. 1. Na origem, trata-se de ação ordinária ajuizada pela recorrente no intuito de anular os autos de infração emitidos pelo Ibama e restabelecer a guarda do animal silvestre apreendido.

(...)

Entretanto, apesar da existência de um significativo rol de legislações voltadas para a proteção e cuidados com os animais, é importante lembrar que, mesmo com a intenção de resguardar as demais espécies, grande parte dessas leis ainda carregam em si uma herança antropocêntrica e não biocêntrica.

Nesse sentido, apesar do mencionado complexo de leis voltadas à proteção dos demais seres vivos, ainda nos encontramos em um processo de construção de uma consciência ecológica.

A rigor, o que vem acontecendo é a condenação de determinados atos intoleráveis de violência para que o próprio ser humano veja seus padrões morais atendidos. Os animais não humanos são poupados da crueldade considerada nociva à preservação dos bens fundamentais do homem, e, portanto, isso impede que sejam enjaulados, exibidos, caçados, mortos, submetidos a experiências e usados como meio de diversão (FRANCIONE, Gary L.

R reflections on Animals, Property, and Law and, THUNDER, Rain Without. *Law and Contemporary problems* . v. 70, n. 1. 2007).

Nos dispositivos do Código Civil de 2002, existe uma divisão clara entre o regime jurídico dispensado às pessoas e o estipulado aos animais não humanos, os quais são coisificados como bens.

De acordo com Caio Mário da Silva Pereira, para o atual Código Civil "o regime jurídico das pessoas são os sujeitos de direito portadores de personalidade jurídica, ou seja, o ser humano. O ordenamento atribui ao homem e as suas entidade morais fictas uma proteção especial pautada nos direitos fundamentais da personalidade, não o faz com os demais seres vivos"(Pereira, Caio Maio da Silva. *Insituições de Direito Civil*, 25ª edição, Rio de Janeiro. Ed. Forense, 2012, pg. 181).

5. No que atine ao mérito de fato, em relação à guarda do animal silvestre, em que pese a atuação do Ibama na adoção de providências tendentes a proteger a fauna brasileira, o princípio da razoabilidade deve estar sempre presente nas decisões judiciais, já que cada caso examinado demanda uma solução própria. Nessas condições, a reintegração da ave ao seu habitat natural, conquanto possível, pode ocasionar-lhe mais prejuízos do que benefícios, tendo em vista que o papagaio em comento, que já possui hábitos de ave de estimação, convive há cerca de 23 anos com a autora. Ademais, a constante indefinição da destinação final do animal viola nitidamente a dignidade da pessoa humana da recorrente, pois, apesar de permitir um convívio provisório, impõe o fim do vínculo afetivo e a certeza de uma separação que não se sabe quando poderá ocorrer. 6. Recurso especial parcialmente provido. (STJ - REsp: 1797175 SP 2018/0031230-0, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 21/03/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2019)

Percebe-se que os interesses para o bem-estar dos animais domésticos ou domesticados são fundamentais nos processos judiciais com o intuito de mudanças para o paradigma jurídico, com o intuito para desenvolver um ordenamento jurídico mais justo e solidário entre as espécies.

Portanto, do ponto de vista sobre o direito de personalidade para os animais não humanos Dias (2006, p.120) traz a seguinte linha de pensamento:

se aprofundarmos nossa reflexão sobre os chamados direitos de personalidade acabaremos por constatar que nada mais são do que direitos emanados da pessoa como indivíduo. Devem ser compreendidos, pois, como direitos oriundos da natureza da pessoa como um ente vivo, desde o seu nascimento. Um bebê, antes de ser registrado, já é uma pessoa, pelo menos sob o ponto de vista científico

e humano. Valorando a pessoa como um ser vivo temos que reconhecer que a vida não é atributo apenas do homem, e sim um bem genérico, inato e imanente a tudo que vive. Não podemos chegar a outra conclusão senão a de que os animais, embora não sejam pessoas humana ou jurídicas, são indivíduos que possuem direitos inatos e que lhes que lhe são conferidos pelas leis, sendo que os primeiros encontram-se acima de qualquer condição legislativa.

Por outro lado, Singer (2013, p.5) diz:

A extensão do princípio básico da igualdade de um grupo para outro não implica que devemos trata-los da mesma maneira, ou que devemos conceder-lhes os mesmos direitos. O que devemos ou não fazer depende da natureza dos membros desses grupos. O princípio básico da igualdade não quer tratamento igual ou idêntico, mas sim igual consideração. Igual consideração por seres diferentes pode levar a tratamentos e direitos distintos.

Todavia, a discussão explanada sobre a temática é um reflexo sobre um novo olhar no status jurídico dos animais não humanos, para os mesmos não serem mais vistos como uma “coisa”, mais sim como sujeitos de direitos, visto que são seres vivos e dotados de senciência.

Portanto, sendo os animais considerados seres sencientes e sendo sujeitos de direito não impede que sejam reconhecidos os seus direitos fundamentais, ou seja, direito a uma vida digna, livre de maus tratos.

3.2 O MEIO AMBIENTE COMO USO COMUM

É mister expor que o Direito dos Animais não humanos está inserido na matéria sobre o Meio Ambiente na Constituição Federal em seu art.225 que diz:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Conforme já abordado, os animais não são reconhecidos como sujeitos de direitos, mas sim referem-se a eles como “coisa” e até mesmo “bens”, e vale relembrar que a proteção para com meio ambiente tem a corrente

antropocêntrica e não *biocêntrica*, ou seja, o núcleo está na vida e não nos humanos.

Nesse sentido, Rachels *et al* (2013, p.114) traz a seguinte abordagem no que se refere a doutrina para com os animais não humanos, ao lecionar que:

a doutrina tradicional nos deixa um pouco nervosos: ela parece extrema em sua falta de consideração por animais não humanos, muitos dos quais são, afinal, criaturas inteligentes e sensíveis. Ainda assim, somente um pouco de reflexão é necessária para ver o quanto a nossa conduta realmente é guiada por essa doutrina. Nós comemos animais.

Dessa forma, o comportamento humano está voltado para se auto satisfazer, mas, devemos ter uma visão periférica respeitar todas as formas de vida, por ter o meio ambiente para a sustentabilidade equitativa para a preservação ecológica e um meio ambiente equilibrado para todos seres vivos sendo humanos ou não humanos para convivermos em harmonia.

Sobre a temática, Loureiro (2008, p. 69) articula que:

é uma práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade da vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

E ainda nessa perspectiva Vasconcelos *et al*. (2019, p.4) comenta que:

o meio ambiente no estatuto de direito fundamental é a sua incidência direta à existência humana, pois o meio ambiente possui um conjunto de fatores externos que configura a vida humana, (...), o meio ambiente ecologicamente equilibrado foi consagrado constitucionalmente como direito fundamental de tríplice dimensão: individual, social e intergeracional.

Deste modo, é coerente dizer que para que haja uma sustentabilidade equitativa é necessário a conscientização no modo de vida que cada ser humano leva, pois, nós dividimos o meio ambiente com os animais não humanos, e como seres racionais devem preservá-lo para garantir-lhes uma vida digna.

Vale ressaltar que a temática é bastante ampla no que se refere ao meio ambiente conjuntamente com o direito dos animais não humanos, mas a preservação e o equilíbrio ambiental deve ser uma questão a ser observada por todos.

Assim, o direito dos animais domésticos estabelece a dignidade deles, e para que isso seja concreto se torna necessário a sociedade ter um novo olhar a respeito da temática, logo Veigas *et al* (2016, p.88) preceitua que:

“construir um novo significado para os animais, que passarão de coisa para sujeitos de direitos. O que se deseja, de fato, é que a descoisificação legal dos animais conscientize o ser humano, trazendo dignidade e respeito aos animais. ”

A partir do momento em que o ser humano começar a respeitar os seus próprios direitos, irão voltar-se para a conscientização biológica por respeitar todas as formas de vida, pois os animais não humanos são titulares desse direito, por mais que não tenham consciência deste, conforme articula Sarlat (2013, p.233): “direito fundamental a um meio ambiente saudável”.

Isto posto, a convivência entre o ser humano e o meio ambiente deve ter de conviver de maneira harmônica, sem sobressair um sobre o outro, nesse viés Spolender (2004, p.85) pondera o seguinte: “que o meio ambiente, a coletividade e a humanidade na realidade são co-titulares ou co-portadores de certos valores ecológicos autônomos como os que foram referidos mais acima (equilíbrio ecológico, biodiversidade, vida dos animais, pureza das águas, etc.). ”

Nesse viés, a jurisprudência vem assim entendendo:

PROCESSUAL CIVIL, AMBIENTAL E CONSTITUCIONAL. (...) Nessa matéria, incumbe ao juiz não perder de vista que a Constituição, em seu ad. 225, caput, de maneira expressa, reconheceu as gerações futuras como cotitulares do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em paralelo, a legislação de disciplina da ação civil pública (especificamente o art. 81 do Código de Defesa do Consumidor) agasalha a quádrupla categorização dos direitos subjetivos em individuais, individuais homogêneos, coletivos *stricto sensu* e difusos. (...)

Evidente, portanto, que o ordenamento brasileiro outorgou às gerações futuras (e à própria coletividade atual) a possibilidade, nessa sua condição de titular de direito subjetivo transindividual, de se beneficiar da proteção constitucional, na integralidade, conferida aos direitos adquiridos; a ser diferente, teríamos no art. 225, caput, um “direito meia-boca”, com nome e sobrenome de “direito”, mas sem os dotes e eficácia temporal que a todos os direitos, patrimoniais ou não, tradicionalmente se atrelam e deles decorrem. Por essa ótica, tanto ao indivíduo (visão individualísticointrageracional), como à coletividade presente e futura (visão coletivo-intrageracional e coletivo-intergeracional) se garantem contra a retroatividade da lei posterior os direitos adquiridos sob o regime antecedente que se incorporarem ao seu patrimônio. Um e outro são sujeitos; um e outro contam com patrimônio constitucional e legalmente inabalável, que, além de material e moral no enfoque clássico, é também ecológico. Em suma, podemos e devemos considerar a existência de direitos ambientais

adquiridos, que emergem a partir e sob o império de uma ordem jurídica pretérita revogada ou substituída por outra, na linha de clássicos direitos adquiridos ao estado, ao regime de bens no casamento, à posse e domínio, à aposentadoria, à posição contratual, etc.

(...)

Dá-se provimento ao recurso de apelação" (Juiz Federal Rodrigo Navarro, convocado). (TRF-1 - AC: 00025142020084013802, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL HILTON QUEIROZ, Data de Julgamento: 12/09/2017, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 20/10/2017)

Percebe-se que se faz necessário estabelecer limites claros e bem definidos em relação ao meio ambiente como uso comum com os animais não humanos, sem a individualidade em torno e antropocentrismo, como articula Leite (2003, p.241) ao afirmar que:

A equidade intergeracional permite que se reconheçam valores intrínsecos aos seres vivos não humanos, já que tal modelo ético pressupõe que a necessidade de proteção do patrimônio ambiental decorre da necessidade de se garantir os direitos das gerações futuras.

Assim, a solidariedade dos humanos para com os animais não humanos se torna essencial para garantir os direitos das gerações futuras, visto que terá um novo olhar para a proteção e conservação, dado que o meio ambiente é compartilhado.

Além disso, para Benjamin (2001, p.158) a eternização tanto da espécie humana e animal entende que: "Um dos pilares da noção de sustentabilidade é exatamente a solidariedade intergeracional".

Todavia, faz-se interessante lembrar que todas as formas de vida são importantes, pois, segundo Ferry (2009, p.148) preceitua que: "conjunto dos elementos que, no âmbito da ecoesfera, contribuem para a manutenção e para o desenvolvimento da vida em geral".

Sendo assim, da mesma maneira que o ser humano tem direitos e principalmente direito à vida e a dignidade, e como deve-se utilizar o meio ambiente compartilhadamente com os animais, tornando-se necessário a defesa destes, tendo em vista que não tem capacidade de defendê-los sozinhos.

Desse modo, ter um meio ambiente equilibrado é um direito que pertence a todos, torna-se essencial a qualidade de vida, pois é um direito fundamental.

Desta forma, com a grande expansão de culturas, torna-se necessário a proteção para com o meio ambiente com o intuito de proteger os animais não

humanos, pois esses seres compartilham conosco a dádiva da vida, e todos merecem uma vida digna de cuidado e proteção.

3.3 BEM-ESTAR E GUARDA RESPONSÁVEL DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

O papel dos animais não humanos exerce um papel fundamental na vida dos seres humanos, muitas vezes são “comparados” como crianças, visto que geram responsabilidade aos seus donos, pois são incapazes de se protegerem sozinhos em razão de serem frágeis.

No momento em que não se tem bem-estar e guarda responsável para com os animais não humanos, quando o ser humano tem uma atitude de crueldade para com os animais, as relações entre os seres humanos atenta contra a própria dignidade humana.

Nesse pensamento, Kant expõe o pensamento entre o reflexo da crueldade para com os animais e as relações humanas:

(...) não possuímos deveres diretos com relação aos animais. Animais não são autoconscientes, constituindo apenas meios para um fim. Este fim é o homem (...) Nossos deveres para com os animais consistem tão somente em deveres indiretos para com a própria humanidade. (...) Se não quiser acabar com seus sentimentos humanitários, deve praticar a compaixão com os animais, já que aquele que é cruel com eles torna-se insensível no seu trato com os homens (...) nutrir sentimentos nobres para com animais proporciona um alargamento dos sentimentos humanitários com a própria humanidade. (KANT apud LOURENÇO, 2008, p.316)

Desta forma, quando se obtém um animal, a guarda tem que ser responsável para o bem-estar deles, por assegurar o sustento básico para a sua sobrevivência, nesse sentido Santana *et al* (2019, p.113) assegura que: “Assim, o Direito deve essencialmente apresentar-se como o instrumento assecuratório de uma autêntica e eficaz política pública de guarda responsável dos animais. ”

Nesse viés, a jurisprudência defende que o bem-estar animal deve ser protegido e não apenas dos seres humanos:

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – AUTORIDADE COATORA SE ABSTER DE DOAR ANIMAIS APREENDIDOS – SUSPEITA DE MAUS TRATOS AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SENTENÇA RATIFICADA – RECURSO DESPROVIDO. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXIX, garante a concessão de mandado de segurança para proteger direito líquido e

certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. **Ingo Sarlet e Tiago Fensterseifer afirmam que o legislador constituinte revela de forma clara a sua preocupação com o “bem-estar dos animais não humanos e a refutação de uma visão meramente instrumental da vida animal, concluindo que “A atuação judicial no sentido de assegurar o bem-estar não apenas do ser humano, mas também dos animais**, capta, a partir da norma do art. 225 da CF/1988, os novos valores ecológicos pregados pelos movimentos de defesa dos animais. ” (SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 339) (TJ-MT - AC: 00034075220188110082 MT, Relator: GILBERTO LOPES BUSSIKI, Data de Julgamento: 02/09/2020, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 15/09/2020) (Grifei)

Expõem-se a seguir algumas jurisprudências já utilizadas pelos Tribunais, com o intuito de amparar o bem-estar animal.

APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 32 DA LEI 9.605/98. CRIME DE MAUS TRATOS PRATICADO CONTRA ANIMAL DOMÉSTICO. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA DA PENA. SUBSTITUIÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR MULTA. INAPLICABILIDADE. ART. 7º, 8º E 12, DA LEI 9.605/98. SENTENÇA REFORMADA. Recurso conhecido e provido. (TJPR - 4ª Turma Recursal - 0007844-53.2015.8.16.0131 - Pato Branco - Rel.: Juiz Aldemar Sternadt - J. 11.04.2018)
(TJ-PR - APL: 00078445320158160131 PR 0007844-53.2015.8.16.0131 (Acórdão), Relator: Juiz Aldemar Sternadt, Data de Julgamento: 11/04/2018, 4ª Turma Recursal, Data de Publicação: 12/04/2018)

E ainda:

MAUS TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS. ARTIGO 32, § 2º, LEI 9.605/98. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. Elementos indiciários colhidos pelo Ministério Público ao longo de Procedimento Investigatório Criminal e que serviram de suporte para o início da persecução penal, apontando o acusado como o autor do crime, que não apresentaram a robustez necessária para a formação de um juízo condenatório pleno. Crime que não contou com testemunhas presenciais, sendo a conclusão de que o réu fora o responsável pelo fato somente possível no campo das suposições, o que imprestável à formação do juízo condenatório. Sentença absolutória mantida. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Crime Nº 71008139370, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Luis Gustavo Zanella Piccinin, Julgado em 28/01/2019).
(TJ-RS - RC: 71008139370 RS, Relator: Luis Gustavo Zanella Piccinin, Data de Julgamento: 28/01/2019, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/02/2019)

As ementas supracitadas tratam-se de casos que não se obteve guarda responsável e nem priorizaram bem-estar animal, indo ao um viés totalmente

oposto no que se refere ao bem-estar e guarda responsável dos animais não humanos, no qual consiste em garantir as necessidades físicas e psíquicas dos animais.

Por outro lado, as jurisprudências a seguir trazem grandes reflexões sobre o convívio dos seres humanos e os animais onde demonstra vínculo afetivo lhes dando guarda responsável.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. União estável. Regulamentação de visitas. Animal de estimação. Evidenciada a **existência de relação de afeto entre a autora e o animal de estimação** – adotando a orientação do E. STJ (REsp 1.713.167/SP), razoável a manutenção da liminar concedida, regulamentando o direito de visitas. RECURSO PROVIDO. (TJ-SP - AI: 22081144620198260000 SP 2208114-46.2019.8.26.0000, Relator: Silvia Maria Facchina Esposito Martinez, Data de Julgamento: 10/03/2020, 10ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/03/2020) (Grifei)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. APREENSÃO DE ANIMAL. LONGO CONVÍVIO EM AMBIENTE DOMÉSTICO. SÚMULA 7/STJ. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. APLICABILIDADE. 1. Inviável a análise de infringência aos dispositivos legais tidos por malferidos de forma dissociada dos elementos que o Tribunal a quo, à luz do acervo fático-probatório da causa, considerou como predominantes e preponderantes para a solução da controvérsia, no caso, **a longa permanência da ave no convívio doméstico com a autora, a ausência de maus-tratos** e o evidente prejuízo ao animal na hipótese de reintegração ao seu habitat natural. Incidência da Súmula 7/STJ. 2. Esta Corte em diversos precedentes firmou entendimento segundo o qual, em casos como os tais, não se mostra plausível que o direito à apreensão do animal dê-se exclusivamente sobre a ótica da estrita legalidade. Há que se perquirir, como bem ponderaram as instâncias ordinárias, sobre o propósito e finalidade da Lei Ambiental que sabidamente é voltada à melhor proteção do animal. Desse intuito não se afastou o aresto recorrido quando considerou que - diante da peculiaridade do caso concreto e em atenção ao princípio da razoabilidade - deva a **ave permanecer no ambiente doméstico do qual jamais se afastou em 15 anos**. 3. Rechaçadas as afirmações do lbama relativas à eventual desvirtuamento da finalidade da Lei Ambiental atribuídas a este Relator e, por conseguinte, desta Casa de Justiça. A prestação jurisdicional que se exige volta-se exclusivamente ao caso concreto - esse suficientemente examinado e decidido à luz do direito aplicável e com base em jurisprudência consolidada desta Corte Superior. 4. O entendimento contrário a tese do insurgente não autoriza a conclusão de que os institutos legais protetivos à fauna e flora tenham sido maculados, tampouco que haja chancela ou mesmo autorização para o cativo ilegal de aves silvestres como aduz o agravante. Tais argumentações, além de digressivas, revelam-se inoportunas pois evocam temas e debate alheio ao presente feito, a não merecer amparo porquanto evidentemente desprovidas de fundamentação concreta. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp: 1389418 PB 2013/0211324-4, Relator: Ministro OG FERNANDES, Data de Julgamento: 21/09/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/09/2017) (Grifei)

O direito no que tange ao bem-estar animal e a sua guarda é necessário, pois os animais não humanos são submetidos a diversas formas de maus tratos e exploração, à vista disso Ferry (2009, p.78) dispõe que:

O homem é o único ser que possui direitos; o objetivo último de sua atividade moral e política não é [sic] de início a felicidade, mas sua liberdade; é esta última que funda o princípio da ordem jurídica, e não primordialmente a existência de interesses a proteger; apesar de tudo, o ser humano está ligado por certos deveres para com os animais, em particular o de não lhes infligir sofrimentos *inúteis*.

Nesta caminhada, faz-se necessário uma visão periférica a respeito da matéria estudada, visto que o bem-estar está intrinsecamente atrelado a guarda responsável, pois tendo esse tipo de comportamento ira evitar maus-tratos.

Assim, o conteúdo abordado é bastante amplo e como os animais não humanos estão inseridos no meio ambiente, no qual o mesmo é compartilhado, por isso, torna-se necessário zelar pelo seu bem-estar, outrossim Leuzinger (2002, p.27) explica sobre a proteção por dizer que: “O sentido de proteção, portanto, não encerra um caráter altruísta do homem em relação aos demais seres vivos, mas, sim, uma necessidade de preservá-los para que a sua própria existência seja resguardada. ”

Portanto, o que será discutido a seguir os animais não humanos possuem direito a defesa, tendo em vista que são seres sencientes capazes de sentir dor e prazer.

4 TUTELA JURÍDICA DO DIREITO DOS ANIMAIS

Os animais não humanos ao longo da história vem sendo vítimas silenciosas de maus tratos de diversos tipos causados pelos seus próprios tutores, os seres humanos, Prada (2007, p.57) menciona que:

(...) os animais também sofrem toda sorte de afecções. Nasceram com malformações, tem câncer, cegueira, hidrocefalia, doenças cardíacas, infecciosas, epilepsia... E, além de sofrimentos físicos, ainda vivenciam medo, insegurança, abandono, solidão e toda sorte de crueldades.

A partir desde pensamento observa-se que desde os primórdios, viver em sociedade sempre foi conflituoso, pois são diferentes pensamentos, opiniões, onde propiciou comportamento que atraem desentendimentos, fazendo-se que se criasse mecanismos para solucionar desavenças e o direito de defesa.

Sabendo disso, Lourenço (2008, p.43-44) esclarece o seguinte:

Por aproximadamente 2 milhões de anos os humanos viveram por meio da atividade da caça e coleta, já que, sob circunstância normais, esse estilo de vida era facilmente mantido com o controle populacional e com a mobilidade do grupo para buscar novas fontes de recursos. No entanto, esse período de estabilidade teve um fim abrupto, há aproximadamente 10.000 anos. Em um curto espaço de tempo uma revolução sócio-econômica teve lugar. Iniciou-se um processo de domesticação de plantas e animais, com consequente produção intensiva de alimentos em várias partes do globo, fato esse que proporcionou uma grande ruptura no balanço de poderes entre os seres humanos e destes para com os animais.

Sob a ótica voltada para os direitos humanos, mas fazendo um paralelo para com o direito dos animais, no sentido da ética a respeito dos valores democráticos, Bittar (2013, p.138) discorre:

Em verdade, trata-se de pensar o próprio aprimoramento da democracia e da cultura dos direitos humanos a partir do desenvolvimento de práticas sociais capazes de ser portadoras de uma ética do cuidado. Se não há direitos humanos sem respeito, o **respeito significa aqui a capacidade de amar e deixar-se desenvolver integralmente, e não o dominar, o castrar, o manipular, o submeter, o violar, o discriminar, o segregar, o anular; uma ética do cuidado exala respeito, porque cultiva o poder do afeto como forma de “olhar com atenção” [...].** Por isso, a educação e a metodologia em (e para os) direitos humanos devem preparar para o convívio com a diversidade, na **base do diálogo e do respeito, voltado para a alteridade, como forma de prática de solidariedade social, essa lógica é capaz de trazer consigo a consciência da tolerância.** (Grifei).

Deste modo, faz-se necessário analisar a tutela jurídica dos animais por meio das jurisprudências ao decidir sobre: vaquejada, brigas de galo.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO AMBIENTAL - **VAQUEJADA** - MANIFESTAÇÃO CULTURAL - ANIMAIS - **TORTURA E MAUS-TRATOS - AGRESSÃO A VALORES MÍNIMOS** - PRESERVAÇÃO DA FAUNA E DA FLORA - MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO. A prática da Vaquejada como vêm sendo desenvolvida, revela a agressão a valores mínimos, como o respeito à vida dos animais. **É dever do Estado coibir manifestações culturais em que se verifica a crueldade aos animais envolvidos na competição, porquanto, a Constituição Federal veda práticas que**

causam danos ao meio ambiente, provocam a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade. Permitir práticas desportivas que utilizam animais, viola o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, na medida em que submete os animais à crueldade. (TJ-MG - AC: 10000180456972008 MG, Relator: Dárcio Lopardi Mendes, Data de Julgamento: 10/10/2019, Data de Publicação: 11/10/2019) (Grifei)

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. CRIMES AMBIENTAIS. ART. 32, CAPUT, DA LEI 9.605/98. **RINHA DE GALO. MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS.** APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. I - A autoria e a materialidade do **crime tipificado no art. 32, caput, da Lei 9.605/98 (maus-tratos contra animais)** restaram demonstradas pelos elementos de prova constantes dos autos. II - As equipes policiais procederam diligências onde localizaram 27 galos combatentes para rinha, acondicionados em gaiolas e baias. **Os galos apresentavam as cristas mutiladas e as esporas amputadas. Alguns animais tinham feridas nas asas e peito.** Também foram encontrados diversos utensílios clínicos (biqueiras, buchas, lixa, serra, entre outros), tudo confirmando a ocorrência do crime de maus tratos contra animais previsto em lei. III- O Laudo de Perícia Criminal conclui que os objetos encaminhados para perícia podem também ser utilizados em situações que **configuram maus-tratos, tais como as rinhas ou a mutilação das esporas e das barbelas dos galos. Ainda esclarece que as gaiolas dificultavam a movimentação ou qualquer exercício dos animais, como pular, bater asas ou ciscar, comportamentos naturais da espécie e que as aves apresentavam mutilações e lesões comuns a galos de briga, como nas cristas, nas barbelas e nos brincos.** IV - Ao contrário do que o apelante afirma, as aves não eram tratadas conforme manual de 16338514, indicando que o lugar adequado para o alojamento da ave deve ser suficiente para que ela possa se exercitar, bater as asas, comer areia, comer grama, tomar sol, secar as penas após o banho, como ferramentas fundamentais para combater o stress do animal. De fato, essas não eram as características do local em que os galos foram encontrados. V - Conforme art. 3º da Resolução 877, de 2008, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, todo procedimento cirúrgico deve ser realizado por médico veterinário. VI - APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. (TJ-DF 00004063120198070019 DF 0000406-31.2019.8.07.0019, Relator: ARNALDO CORRÊA SILVA, Data de Julgamento: 05/08/2020, Segunda Turma Recursal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 10/08/2020 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) (Grifei).

Nesse sentido, vale relembrar a ADI 2514 / SC quando o Ministro Eros Grau mencionou: “A sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil. ”

Nessa mesma linha de pensamento, no julgamento da ADI 4983/CE, o Ministro Celso de Melo (2016, p.94) destaca a seguinte ideia sobre a proteção constituição da dignidade para com os animais não humanos ao afirmar que:

O sofrimento desnecessário dos animais decididamente não constitui expressão de atividade cultural, pois isso repugna aos padrões

civilizatórios que informam as formações sociais contemporâneas, eis que a sujeição da vida animal a experiências de crueldade não é compatível com a Constituição do Brasil, como enfaticamente proclamou esta Suprema Corte.

Assim como dispõe o art. 24, VI e VIII da Constituição Federal *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Nota-se que compete aos Entes Federativos legislar sobre proteção ambiental por estabelecer regras e também para que se cumpra à norma com maior efetividade.

Ocorre que, muitos juristas vêm justificando moralmente a proteção jurídica para os animais correlatamente com o meio ambiente, com objetivo de preservá-lo para as futuras gerações, com isso, Martins (2006, apud LOURENÇO, 2008, p.514) expõe que:

Juristas deverão atentar que fatos, valores e normas coexistem, levando-se em consideração os três elementos para a interpretação de uma norma ou regra de direito e sua aplicabilidade, e não apenas um dos elementos, sob pena de serem injustos, ignorarem um fato ou não atenderem a uma norma vigente e válida. É sob esse prisma que afirmamos que os animais têm direitos.

Nesse contexto, no presente estudo, é imprescindível estudar o direito dos animais não humanos como uma garantia constitucional, bem como, os princípios basilares da Constituição Federal de 1988 que asseguram esse direito a todos os indivíduos de uma vida digna.

Portanto, quando menciona-se em direitos fundamentais para com os animais significa que os animais não humanos tem o direito de ter uma vida digna, sendo respeitado para que possam manifestar seu comportamento natural.

Diante do exposto, o presente capítulo tem como objetivo analisar a proteção e como são tratados dos animais não humanos na legislação brasileira que fornece por meio da Constituição Federal e legislações infraconstitucionais

para o bem-estar animal, garantindo o direito à vida contribuindo assim para a proteção e os direitos dos animais e que todos passem a vê-lo não como mero objeto, e sim, como um ser senciente, composto de sentimentos.

4.1 ANIMAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

Os atos de crueldade e maus tratos aos animais é uma preocupação e dado que o direito tem um papel como mediador, no qual regula o comportamento social dos seres humanos para com os animais não humanos, conforme argumenta Pinho e Nascimento (1995, p.31) sobre como o direito é inclusivo:

A elaboração da regra jurídica depende sempre do desenvolvimento das necessidades sociais. Como estas sempre se alteram, muito embora algumas basicamente pertençam a todos os tempos, as regras de direito também se modificam, modeladas à luz das influências ou das tendências de cada época.

Dito isso, vale ressaltar que o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos dos Animais – UNESCO, e com isso há grande inclinação para refrear os maus tratos.

Com isso, a primeira legislação brasileira para impedir a crueldade e o abuso para com os animais, foi o Decreto 16.590/1924 que regulamentava casas de diversões públicas, no qual proibia corrida de touros, novilhos, brigas de galos, pássaros silvestres, entre outros entretenimentos que causassem sofrimento para os animais.

Após teve o Decreto 24.645/1934 que estabelecia medidas de proteção aos animais, bem como aplicação de multa e prisão para quem maltratasse os animais sendo proprietários ou não.

Além do mais, esse Decreto trouxe no art. 3º um rol exemplificativo quais são os tipos de maus tratos e crueldade para com os animais não humanos, como pode-se observar a seguir:

Art. 3º Consideram-se maus tratos:
I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;
II - manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;

- III - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;
- IV - golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;
- V - abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;
- VI - não dar morte rápida, livre de sofrimentos prolongados, a todo animal cujo extermínio seja necessário, parar consumo ou não;
- VII - abater para o consumo ou fazer trabalhar os animais em período adiantado de gestação;
- VIII - atrelar, no mesmo veículo, instrumento agrícola ou industrial, bovinos com equinos, com muares ou com asininos, sendo somente permitido o trabalho etc conjunto a animais da mesma espécie;
- IX - atrelar animais a veículos sem os apetrechos indispensáveis, como sejam balancins, ganchos e lanças ou com arreios incompletos incomodas ou em mau estado, ou com acréscimo de acessórios que os molestem ou lhes perturbem o funcionamento do organismo;
- X - utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, fraco, extenuado ou desferrado, sendo que este último caso somente se aplica a localidade com ruas calçadas;
- XI - açoitar, golpear ou castigar por qualquer forma um animal caído sob o veículo ou com ele, devendo o condutor desprendê-lo do tiro para levantar-se;
- XII - descer ladeiras com veículos de tração animal sem utilização das respectivas travas, cujo uso é obrigatório;
- XIII - deixar de revestir com couro ou material com idêntica qualidade de proteção as correntes atreladas aos animais de tiro;
- XIV - conduzir veículo de tração animal, dirigido por condutor sentado, sem que o mesmo tenha bolaé fixa e arreios apropriados, com tesouras, pontas de guia e retranca;
- XV - prender animais atrás dos veículos ou atados às caudas de outros;
- XVI - fazer viajar um animal a pé, mais de 10 quilômetros, sem lhe dar descanso, ou trabalhar mais de 6 horas contínuas sem lhe dar água e alimento;
- XVII - conservar animais embarcados por mais de 12 horas, sem água e alimento, devendo as empresas de transportes providenciar, sabro as necessárias modificações no seu material, dentro de 12 meses a partir da publicação desta lei;
- XVIII - conduzir animais, por qualquer meio de locomoção, colocados de cabeça para baixo, de mãos ou pés atados, ou de qualquer outro modo que lhes produza sofrimento;
- XIX - transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos sem as proporções necessárias ao seu tamanho e número de cabeças, e sem que o meio de condução em que estão encerrados esteja protegido por uma rede metálica ou idêntica que impeça a saída de qualquer membro da animal;
- XX - encerrar em curral ou outros lugares animais em número tal que não lhes seja possível moverem-se livremente, ou deixá-los sem água e alimento mais de 12 horas;
- XXI - deixar sem ordenhar as vacas por mais de 24 horas, quando utilizadas na exploração do leite;
- XXII - ter animais encerrados juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;
- XXIII - ter animais destinados á venda em locais que não reúnam as condições de higiene e comodidades relativas;

XXIV - expor, nos mercados e outros locais de venda, por mais de 12 horas, aves em gaiolas; sem que se faça nestas a devida limpeza e renovação de água e alimento;
XXV - engordar aves mecanicamente;
XXVI - despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos á alimentação de outros;
XXVII. - ministrar ensino a animais com maus tratos físicos;
XXVIII - exercitar tiro ao alvo sobre patos ou qualquer animal selvagem exceto sobre os pombos, nas sociedades, clubes de caça, inscritos no Serviço de Caça e Pesca;
XXIX - realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado;
XXX - arrojar aves e outros animais nas casas de espetáculo e exhibí-los, para tirar sortes ou realizar acrobacias;
XXXI transportar, negociar ou cair, em qualquer época do ano, aves insetívoras, pássaros canoros, beija-flores e outras aves de pequeno porte, exceção feita das autorizares Para fins ciêntíficos, consignadas em lei anterior;

Posteriormente, adveio o Decreto 3.688/1941 denominada como Lei das Contravenções Penais, no qual corroborou ainda mais para a proteção dos animais, conforme pode-se observar no art. 64 *in verbis*:

Art. 64. Tratar animal com crueldade ou submetê-lo a trabalho excessivo:
Pena – prisão simples, de dez dias a um mês, ou multa, de cem a quinhentos mil réis.
§ 1º Na mesma pena incorre aquele que, embora para fins didáticos ou científicos, realiza em lugar público ou exposto ao publico, experiência dolorosa ou cruel em animal vivo.
§ 2º Aplica-se a pena com aumento de metade, se o animal é submetido a trabalho excessivo ou tratado com crueldade, em exibição ou espetáculo público.

Depois, com o desenvolvimento e a conscientização para proteção do meio ambiente, vieram novas legislações, como: Código De Pesca (Lei nº. 221/1967), Lei De Proteção À Fauna (Lei nº. 5.197/1967), Lei da Vivissecção De Animais (Lei nº. 6.638/1979), Lei Sobre Funcionamento De Jardins Zoológicos (Lei nº. 7.173/1983), Lei dos Cetáceos (Lei nº. 7.643/1987), Lei da inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal (Lei nº. 7.889/1989), Lei de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei nº. 9.605/1998).

Embora, tenha diversos dispositivos para proteção e o bem-estar animal, deve-se frisar a Lei nº. 5.197/1967 que estabeleceu medidas de proteção e com isso, a referida Lei teve alteração pela Lei 7.653/1988, no qual torna inafiançáveis os crimes cometidos contra os animais silvestres, como dispõe o art. 34:

Art. 34. Os crimes previstos nesta lei **são inafiançáveis** e serão apurados mediante processo sumário, aplicando-se no que couber, as normas do Título II, Capítulo V, do Código de Processo Penal. (Redação dada pela Lei nº 7.653, de 12.2.1988) (Grifei).

Ademais, somente em 1988 com a Constituição Federal, a Carta Magna dedicou com o Capítulo VI para o meio ambiente, em seu artigo 225, onde trouxe diversas possibilidades como: sanções para infratores pessoa física e jurídica, com isso, o dano causado ao meio ambiente, o causador poderá ser responsabilizado penalmente, administrativamente e civilmente.

Após o marco da Constituição Federal do artigo 255, teve a possibilidade de novas leis para proteção como, por exemplo a Lei dos Crimes Ambientais Lei nº. 9.605/1998, no qual estabelece sanções penais e administrativas para quem lesionar meio ambiente e os animais domésticos ou domesticados, proporcionando assim medidas de proteção, como se observa no art. 32 da referida Lei:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 1º-A Quando se tratar de cão ou gato, a pena para as condutas descritas no caput deste artigo será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

E, a partir do que foi explanado, pode-se observar que a violência contra os animais está ligada a violência humana, e Pitágoras traz o seguinte pensamento:

Enquanto o homem continuar a ser destruidor impiedoso dos seres animados dos planos inferiores, não conhecerá a saúde nem a paz. Enquanto os homens massacrarem os animais, eles matarão uns aos outros. Aquele que semeia a morte e o sofrimento não pode colher a alegria e o amor. (PITÁGORAS, apud SIRVINSKAS, 2017, p. 644)

Nesse sentido, passa-se analisar algumas decisões dos Tribunais Brasileiros sobre a situação dos animais no sistema jurídico brasileiro:

APELAÇÃO CRIME. CRIME AMBIENTAL. **MAUS-TRATOS A ANIMAIS. ART. 32, CAPUT, DA LEI 9.605/98.** SUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. TIPICIDADE DA CONDUTA. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. **Comprovado que o réu praticou maus-tratos contra dois cachorros de sua propriedade ao deixar de proporcionar-lhes água e alimentação adequada, a ponto de apresentarem grave quadro de desnutrição,** impositiva a manutenção da sentença condenatória. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Crime Nº 71004697702, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Julgado em 17/03/2014) (TJ-RS - RC: 71004697702 RS, Relator: Cristina Pereira Gonzales, Data de Julgamento: 17/03/2014, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/03/2014) (Grifei).

APELAÇÃO CRIME. **MAUS TRATOS A ANIMAL. ART. 32 DA LEI 9605/98.** CRIME CONTRA A FAUNA. DELITO AMBIENTAL. **ENVENENAMENTO. ANIMAL DOMÉSTICO.** CONDENAÇÃO. Restou comprovado que o R. praticou maus-tratos em animal doméstico, quando jogou pedras e depois ministrou veneno a um cachorro encontrado em via pública. **NEGADO PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.** (Recurso Crime Nº 71001506591, Turma Recursal Criminal, Turmas Recursais, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Julgado em 10/12/2007) (TJ-RS - RC: 71001506591 RS, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Data de Julgamento: 10/12/2007, Turma Recursal Criminal, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/12/2007) (Grifei).

Segue outra decisão do Tribunal de Santa Catarina:

APELAÇÃO CRIMINAL. **MAUS TRATOS A ANIMAL DOMÉSTICO MAJORADO PELO RESULTADO MORTE, AMEAÇA E LESÕES CORPORAIS (LEI 9.605/98, ART. 32, § 2º; CP, ARTS. 147, CAPUT, E 129, § 9º).** SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO ACUSADO. 1. PROVA. CONDENAÇÃO. 2. ANTECEDENTES (CP, ART. 59). 3. MAUS TRATOS. CAUSA DE AUMENTO. RESULTADO MORTE (LEI 9.605/98, ART. 32, § 2º). 4. REMUNERAÇÃO. ADVOGADO NOMEADO. RESOLUÇÃO 5/19-CM/TJSC. 1. Nos crimes de ameaça e lesões corporais, especialmente nos cometidos no âmbito doméstico, a palavra da vítima é dotada de especial força, sendo suficiente para a condenação quando reiterada nas fases administrativa e judicial, coerente com as circunstâncias fáticas apuradas, com o relato de outras testemunhas e, principalmente, quando ausentes motivos para que aquela falseasse seus informes orais. 2. A existência de condenação anterior apta a configurar maus antecedentes justifica a exasperação da reprimenda na primeira fase da dosagem de pena de crime ambiental, ainda que não se trate de condenação por crime previsto na lei de crimes ambientais. 3. **É lícita a majoração da reprimenda do delito de maus-tratos de animal doméstico quando comprovada nos autos, por meio de declarações da vítima, a morte do animal de estimação agredido pelo acusado.** 4. O advogado nomeado em primeiro grau para apresentar razões de recurso faz jus à remuneração pelo trabalho desenvolvido. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJSC, Apelação Criminal n. 0000248-87.2018.8.24.0002, de Anchieta, rel. Sérgio Rizelo, Segunda Câmara Criminal, j. 02-06-2020). (Grifei).

Cabe ressaltar que, as jurisprudências citadas notaram-se um avanço

sobre a temática, no qual o Estado e a sociedade não estão se omitindo na prática dos atos de crueldade. E com os grandes avanços após a promulgação da Constituição Federal obteve-se tutela jurídica e a proteção dos animais não humanos.

Portanto, ainda que a adequação da lei seja de extrema importância para tornar a tutela jurídica dos animais mais efetiva, e com o dinamismo do Direito exige que, independentemente da reforma legislativa, os direitos fundamentais e individuais dos animais não humanos sejam respeitados em conformidade com o princípio constitucional da dignidade à vida.

4.2 DIREITO DOS ANIMAIS PELA ÓTICA DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Antes da Constituição não havia proteção de natureza constitucional só proteções infraconstitucionais de forma dispersas e apenas para determinadas situações.

Somente após a promulgação da Carta Magna se estendeu para a proteção em defender o meio ambiente e também os animais de natureza constitucional, salienta-se que “não há como vender os olhos para o avanço gradativo da proteção constitucional ao ambiente, mesmo que de início tenha sido, exclusivamente, sob o viés econômico” (MEDEIROS. 2013, p. 49).

Com isso, a Constituição Federal de 1988 destacou-se por aplicar conceitos do garantismo, constituído por preocupar-se em abranger princípios e valores voltados a acolher e preservar a dignidade da pessoa humana, justamente por ser uma consequência da evolução dos direitos humanos (BRITO; FABRETTI; LIMA, 2015, p. 7).

Nesse sentido, Greco Filho (2015, p. 32) ensina que o direito pode ser analisado sob quatro atitudes: a) realidade jurídica, ou seja, considerar o direito como fato cultural; b) atitude valorativa, considerando o direito como valor de cultura, analisando os pressupostos; c) atitude superadora de valores, que considera o direito de forma transcendente; e d) o estudo do direito como fato social.

Logo, entende o autor que a atitude do jurista deve ser a primeira: encarar o direito como ele é, e não como deveria ser, analisando os valores que

o integram como um dos elementos junto com a norma e o fato.

No entanto, com o enraizado antropocentrismo a Constituição Federal tem esse posicionamento, ou seja, o ser humano no centro para receber a proteção e o meio ambiente para todos e com o dever a ser protegido e usado para as futuras gerações.

Assim, o Capítulo VI do Título VIII, art. 225 da Constituição Federal é a única menção que o texto constitucional faz aos animais não humanos e limita-se a fim de lhes conceder expressamente um único direito: o de não serem submetidos à crueldade.

Compete destacar, contudo, que ainda que o texto constitucional seja omissivo em relação aos mais básicos direitos fundamentais dos animais, isso não significa que eles não sejam constitucionalmente reconhecidos.

Um exemplo disso é, o que dispõe o art. 5º, §2º da Constituição Federal *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte. (Grifei).

Desta forma, fica evidente ressaltar que não apenas os direitos e garantias expressos em seu texto são considerados, mas sim, todos aqueles princípios que compõe a Constituição Federal, bem como os tratados internacionais no qual o Brasil é parte.

Em continuidade, no art. 5º, *caput* e inciso XLI, dispõe que: “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; ” dessa forma a lei irá tutelar a todos de maneira isonômica, ou seja, sem distinção e punirá sem discriminação.

Não só isso, mas também retirar o seguinte do art. 3º, incisos I e IV da Constituição Federal:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

(...)

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Dessa forma, conforme extrai-se do artigo supracitado, tem como fundamento “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Isto posto, o direito dos animais não humanos tem respaldo no art. 225 da Constituição Federal, protegendo de maneira ambiental, bem como direito fundamental à uma existência digna, conforme leciona Ataíde (2020, p.116):

Como os direitos fundamentais animais são direitos individuais, atribuíveis a cada animal em si, constituem cláusula constitucional pétrea, não podendo ser objeto de deliberação qualquer proposta de emenda constitucional tendente a aboli-los (art. 60, § 4º, IV, Constituição).

Ademais, como os animais não humanos detêm direitos fundamentais, ou dignidade próprios os mesmos devem ser respeitados conforme esclarece Ataíde (2020, p.123):

impondo ao Poder Público e à coletividade comportamentos que respeitem esse novo status, seja agindo para proteger, seja abstendo-se de maltratar ou praticar, contra eles, atos de crueldade ou que se mostrem incompatíveis com a sua dignidade peculiar.

Nesse sentido, a ADI 4983/CE a Ministra Rosa Weber (2016, p.73-74) destaca a seguinte ideia sobre o art. 225, § 1º:

A Constituição, no seu artigo 225, § 1º, VII, acompanha o nível de esclarecimento alcançado pela humanidade no sentido de superação da limitação antropocêntrica que coloca o homem no centro de tudo e todo o resto como instrumento a seu serviço, em prol do reconhecimento de que os animais possuem uma dignidade própria que deve ser respeitada. O bem protegido pelo inciso VII do § 1º do artigo 225 da Constituição, ênfase, possui matriz biocêntrica, dado que a Constituição confere valor intrínseco às formas de vida não humanas e o modo escolhido pela Carta da República para a preservação da fauna e do bem-estar do animal foi a proibição expressa de conduta cruel, atentatória à integridade dos animais.

Por outro lado, no que se refere ao âmbito internacional, com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, o Brasil reconheceu, que

animais são titulares de direitos, com garantia de direito no que se refere às condições de vida, à cuidados e proteção, à não serem explorados e à não sofrerem nenhum tipo de crueldade ou maus-tratos.

Aliás, todos os países signatários do referido diploma internacional convencionaram que “os organismos de proteção e de salvaguarda dos animais devem estar apresentados a nível governamental” e que “os direitos do animal devem ser defendidos pela lei como os direitos do homem” (UNESCO, 1978). Por fim, reconhece ainda, de forma expressa, “a dignidade do animal” (art. 10, item 2), favorecendo até mesmo sua definição como um princípio do Direito Internacional.

Ademais, cabe mencionar que, por se tratarem de direitos fundamentais, os compromissos assumidos na Declaração Universal dos Direitos dos Animais incorporam a ordem jurídica brasileira imediatamente, independentemente de ratificação, nos termos do art. 5º, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, razão pela qual estão vigentes desde 27 de janeiro de 1978.

Portanto, o direito dos animais não humanos são direitos fundamentais decorrentes da própria Constituição Feral, no qual há proibição aos humanos que submetem os animais a crueldade, trazendo assim, sanções penais, cíveis e administrativas para pessoas físicas e jurídicas.

4.3 LEI COMPLEMENTAR Nº 1.054/2016 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU

Face ao que fora exposto, percebe-se que com a promulgação da Constituição, foi possível que houvesse leis infraconstitucionais para proteção dos animais não humanos, conforme prevê os arts. 23, VI, VII e o art. 24, VI e VIII da CRFB, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos **Estados**, do Distrito Federal e dos **Municípios**:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 24. Compete à União, aos **Estados** e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, **proteção do meio ambiente** e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifei)

E para assegurar a efetividade desse direito o art. 225, § 1º, VII dispõe que: “incube ao poder Público” legislar sobre “(...) praticas que (...) submetam os animais a crueldade”.

Pensando nisso, a Constituição do Estado de Santa Catarina nos arts. 9º, VI, VII e no art. 182, IX, prevê o seguinte:

Art. 9º **O Estado exerce, com a União e os Municípios**, as seguintes competências:

(...)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art. 182. Incumbe ao Estado, na forma da lei:

(...)

IX - proteger os animais domésticos, relacionados historicamente com o homem, que sofram as conseqüências do urbanismo e da modernidade. (Grifei).

De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011 no art. 1º diz que:

Art. 1º Esta Lei Complementar fixa normas, nos termos **dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal**, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, **à proteção do meio ambiente**, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. (Grifei).

Além do mais, é importante ressaltar que o Tribunal de Santa Catarina tem entendimento que os Municípios são competentes para legislar sobre meio ambiente e proteção para com os animais, conforme pode-se observar a seguir:

DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA. O objetivo da ação é obrigar o Município de Balneário Barra do Sul a adotar Políticas Públicas necessárias à promoção de registros, controle de contingentes, fornecimento de abrigos, tratamento de saúde aos animais presentes nas ruas (abandonados). (...) passam a integrar os fundamentos deste acórdão:

"A priori, ressalto que a pretensão inaugural invoca preceitos constitucionais e legais de cumprimento obrigatório pelo ente público requerido, a fim de assegurar o interesse da sociedade quanto à proteção ao meio ambiente, cujo conceito engloba, além da flora, a fauna. "Nesse ponto, dispõe o Texto Maior:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

"(...)

"VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

"VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

"E ainda:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

"§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

"VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

"Diante deste panorama, é evidente que o ente municipal detém competência comum para zelar e cuidar do meio ambiente, sobretudo legislar sobre assuntos de interesse local. (...)". Portanto, de acordo com a fundamentação supra, que se adota como razão de decidir, não há alternativa senão manter a sentença. (TJ-SC - Remessa Necessária Cível: 09000120620158240103 Araquari 0900012-06.2015.8.24.0103, Relator: Jaime Ramos, Data de Julgamento: 08/11/2018, Terceira Câmara de Direito Público)

Nesse tocante o STF – RE 586224/SP analisou a competência municipal para legislar e por unanimidade teve o seguinte voto:

Por unanimidade, o Tribunal firmou a tese de que o município é competente para legislar sobre o meio ambiente com a União e Estado, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, inciso VI, c/c 30, incisos I e II, da Constituição Federal).

Com isso, no presente capítulo, passar-se-á a analisar a Lei Orgânica de Blumenau/SC e as Leis para proteção e o bem-estar dos animais não humanos no âmbito do Município de Blumenau/SC.

Logo no preâmbulo da Lei Orgânica menciona: "(...) para assegurar a autonomia municipal, os direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, a unidade, o bem-estar, (...) a proteção ao meio ambiente (...)". E na referida Lei no Capítulo V trazem diretrizes para o meio ambiente e da agricultura e em seguida no *caput* do art. 114 dispõe:

Art. 114 Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, sendo sua máxima preocupação:

Pois bem, com tal preocupação para com o meio ambiente e no bem-estar dos animais, ocorreu o surgimento da Lei Complementar nº 1.054/2016 no qual é o Código de Proteção E Bem-Estar Animal no Âmbito do Município de Blumenau, no qual estabeleceu “diretrizes e normas para a efetiva proteção e garantia do bem-estar dos animais domésticos e domesticados” (Art. 1º).

Essa mesma Lei no art. 2º faz distinção sobre: bem-estar animal, animal doméstico, domesticado, tutela responsável, maus tratos, conforme se observa:

Art. 2º Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I - bem-estar animal: garantia de atendimento às necessidades físicas, mentais e naturais do animal, mantendo um manejo etológico de qualidade, em que todas as necessidades fisiológicas sejam satisfeitas de forma coerente e respeitosa, a fim de prover uma mínima qualidade de vida ao animal;

II - animal doméstico: aquele que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo e ou melhoramento zootécnico, tornou-se doméstico, com características biológicas e comportamentais em estreita dependência do ser humano, podendo apresentar fenótipos variáveis diferentes das espécies silvestres que os originaram;

III - animal domesticado: aquele de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo ser humano, o qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

VI - Maus tratos: toda e qualquer ação ou omissão, decorrente de negligência ou imperícia ou ato voluntário e intencional, voltada contra os animais, que lhes acarrete a ausência de atendimento às suas necessidades físicas, mentais e naturais e o abandono em condições enfermas, mutiladas ou cegas; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1153/2017)

Além do mais, no art.3º dispõe sobre a tutela responsável, *in verbis*:

Art. 3º Todo proprietário de animal doméstico ou domesticado é considerado seu tutor, devendo zelar por sua saúde, higiene e bem-estar e exercer a tutela responsável que consiste em:

I - mantê-lo em perfeitas condições de saúde e higiene, proporcionando-lhe fácil acesso à água e à alimentação;

II - manter a sua vacinação em dia;

III - proporcionar-lhe cuidados médico-veterinários sempre que necessário;

IV - mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar e com proteção contra as intempéries climáticas;

V - proporcionar-lhe atividades frequentes com a finalidade de lazer e saúde;

VI - remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos por ele causados;

VII - no caso de falecimento do animal, conferir a destinação adequada ao seu cadáver.

Parágrafo único. Os cuidados elencados nos incisos I a VI do caput deste artigo deverão perdurar durante toda a vida do animal.

Por fim, percebe-se que a Lei é clara e com foco no bem-estar animal por toda a vida dele, tendo em vista que são seres sencientes e merecem tal proteção e quando são maltratados a lei no art. 8º também estabelece o Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Doméstico que se destina ao acolhimento de animais domésticos. Extrai-se do referido diploma:

Art. 8º O Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Domésticos - CEPREAD é a estrutura física destinada ao **acolhimento de animais domésticos errantes, comunitários ou domiciliados, que sejam vítimas de maus tratos, enfermidades ou agravos que necessitam de internamento para atendimento médico-veterinário** ou possuam nocividade à segurança dos seres humanos ou outros animais, para posterior resgate, devolução ao local de procedência, inserção em programa de adoção ou eutanásia.

Visando a proteção animal em Blumenau/SC, teve outro avanço que foi instituído O Conselho Municipal do Bem-Estar Animal – COMBEA, por Lei Complementar nº 955/2014, alterada para Lei Complementar nº 1.266/2019, no qual tem o viés de implementar políticas públicas para o bem-estar animal no Município, conforme o art.13-A:

Art. 13-A Fica criado o Fundo Municipal do Bem-Estar Animal - FUMBEA, vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS, que tem por finalidade ser um instrumento de políticas públicas para **proporcionar e gerenciar receitas e meios para o financiamento, investimento, expansão, implantação e aprimoramento contínuo de ações voltadas à promoção do bem-estar** e controle populacional e execução de ações destinadas à saúde, **proteção e direito dos animais no Município de Blumenau.** (Grifei).

Essas políticas públicas no Município vemos que dão resultados para promover a proteção dos animais não humanos, no qual são indefesos e precisam da nossa ajuda para preservar o seu bem-estar, e com isso, acabou se tornando referência para outras cidades do Estado, de acordo com a matéria Folha do Estado.

Para tanto, é imprescindível que os municípios criem políticas públicas para proteção dos animais domésticos e domesticados, trazendo cada vez mais conscientização e não deixando em puni agressões e maus tratos, assim podemos construir um mundo melhor para os animais não humanos, lhes dando uma vida digna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho acadêmico, possibilitou uma análise de diversos pontos sobre a tutela jurídica dos animais domésticos no ordenamento jurídico brasileiro. No qual buscou uma reflexão sobre o antropocentrismo, juntamente com os requisitos da personalidade jurídica, além disso permitiu esboçar questões relevantes como o bem-estar, guarda responsável, bem como a sua tutela no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao longo do desenvolvimento da análise, buscou-se responder à pergunta problema, como o ordenamento jurídico brasileiro pode assegurar a segurança dos animais? Diante dos fatos apresentados, foi possível perceber que existe um longo caminho para se percorrer afim de trazer mais efetividade na proteção jurídica para com os animais domésticos. Isso ficou bastante notório como o antropocentrismo esta arraigado em nossa sociedade e com o viés que os animais são seres inferiores e são apenas para os interesses dos humanos, sem levar em consideração o bem-estar animal. Nesse sentido, pode-se afirmar que com a falta de empatia, a sociedade acaba desprezando diferentes formas de vidas, no qual fazem parte do nosso convívio na sociedade.

Foi possível observar que no sistema jurídico brasileiro o status dos animais domésticos são tratados como “coisas”, e que no entanto, não se condiz com a atual situação social, até mesmo alguns doutrinadores expuseram soluções para mudar o atual cenário, com a possibilidade de os animais não humanos serem considerados entes despersonalizados tendo natureza jurídica “*sui generis*”. Esse fenômeno pode ocorrer devido à Projetos de Leis, Leis, Decretos, Declarações, até mesmo da sociedade, por meio da conscientização que se mostra importante por meio da senciência dos animais, modificando, enfim, o status jurídico dos animais não humanos no ordenamento jurídico brasileiro.

Demonstrou-se também que, apesar dos avanços jurídicos significativos para a tutela dos animais não humanos, não foram ferramentas suficientes para acabar com a crueldade dos animais, e com isso tanto o Estado como a sociedade devem ter uma visão mais biocêntrica, visto que todos os seres vivos estão em pé de igualdade.

Portanto, sendo os seres humanos diferentes dos animais, não lhes dá o direito de tratar-lhes como uma coisa, ou mero objeto, mas sim busca-se a ter um novo olhar, com o intuito de respeitarmos toda forma de vida, tendo em vista que os animais domésticos são capazes de sentirem sentimentos e emoções.

A discussão acerca da temática ainda que tenha alcançados alguns avanços, faz-se necessário continuarmos nessa caminhada para conscientizar a sociedade da importância a tutela jurídica dos animais domésticos no ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que eles também são detentores de direito e de respeito.

Dada a importância do tema, torna-se necessário o desenvolvimento de projetos que visem a proteção e o bem-estar dos animais domésticos para preservar a sua integridade, por meio de políticas públicas para que se possa ter mais efetividade para o bem-estar dos animais não humanos garantindo-lhes uma vida digna.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKEL FILHO, Diomar. **Direito dos animais**. São Paulo: Themis, 2001.

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipoma. **A cidade de Deus**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, Parte I.

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Princípios do Direito Animal Brasileiro**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, Salvador, v.30, n.01, p.106 -136, jan./jun. 2020. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/animaiscomdireitos/wp-content/uploads/2020/05/principios-do-direito-animal-vicente-de-paula-ataide-jr.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

AZKOUL, Marco Antônio. **Crueldade contra animais**. São Paulo: Plêiade, 1995.

BENJAMMIN, Antônio Herman. **A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso?** Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo, ano 1, vol. 1, n° 2, julho/2001.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica: Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BLUMENAU. **Lei Complementar Nº 1.054 de 2016**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2016/105/1054/lei-complementar-n-1054-2016-institui-o-codigo-de-protecao-e-bem-estar-animal-no-ambito-do-municipio-de-blumenau-e-da-outras-providencias>>. Acesso: 01 maio 2021.

BLUMENAU. **Lei Complementar Nº 955 de 2014**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2014/95/955/lei-complementar-n-955-2014-institui-o-conselho-municipal-do-bem-estar-animal-combea>>. Acesso: 01 maio 2021.

BLUMENAU. **Lei Complementar Nº 1.266/2019**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2019/127/1266/lei-complementar-n-1266-2019-altera-dispositivos-da-lei-complementar-n-955-de-15-de-dezembro-de-2014-cria-o-fundo-municipal-do-bem-estar-animal-fumbea-e-da-outras-providencias>>. Acesso: 01 maio 2021.

BRASIL, **Lei 10.406/2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 05 abr 2021.

BRASIL. **Constituição da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. **Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989**. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html>. Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. **Decreto Lei nº 3.688/1941** (Lei de Contravenção Penal). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm >. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. **Lei 14.064/2020**. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14064.htm >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 140, de 8 de Dezembro de 2011**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm>. Acesso em: 01 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.938/1981**. Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm >. Acesso em: 21 out. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1095, de 25 de fevereiro de 2019**. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140546> >. Acesso 10 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2475, de 07 de maio de 2020**. Disponível em < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1891442 >. Acesso 10 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2950, de 20 de maio de 2019**. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/136839> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 351, de 10 de junho de 2015**. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121697> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 631, de 23 de setembro de 2015**. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123276> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 677, de 7 de outubro de 2015**. Disponível em < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/123558> >. Acesso em: 10 nov. 2020.

BRITO, Alexis Couto de; FABRETTI, Humberto Barrionuevo; LIMA, Marco Antônio Ferreira. **Processo penal brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2015.

CAMARA, **Projeto de Lei 7991, de 2014**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1279357&filename=PL+7991/2014> Acesso em: 05 de abr 2021.

COELHO, Fábio Ulhôa. **Curso de Direito Comercial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

Declaração Universal dos Direitos dos Animais – Unesco – ONU: Bruxelas – Bélgica, 27 de janeiro de 1978. Disponível em: <<http://www.urca.br/ceua/arquivos/Os%20direitos%20dos%20animais%20UNESCO.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Decreto nº 14.529, de 9 de Dezembro de 1920**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14529-9-dezembro-1920-503076-republicacao-93791-pe.html> >. Acesso em: 16 out. 2020.

DEPUTADOS, Câmara dos. **Decreto nº 24.645, de 10 de Julho de 1934**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html> >. Acesso em: 16 out. 2020.

Deuteronômio 22:10. **Bíblia On-line**. Disponível em: < <https://www.jw.org/pt/biblioteca/biblia/biblia-de-estudo/livros/Deuteron%C3%B4mio/22/> >. Acesso em: 06 out. 2020.

DIAS, Edna Cardozo. **Os animais como sujeitos de direitos**. Revista Animal Brasileira de Direito (Brazilian Animal Rights Review). Vol. 1. Ano 1, 2006, p. 119-121. Disponível em: <http://www.animallaw.info/policy/pobraziljourindex.htm>. Acesso em: 01 abr. 2021.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, v.1, 2007.

DONIZETE, Elpídio *et al.* **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025026/>. Acesso em: 28 out. 2020.

ESTADO DA PARAÍBA. Lei nº 11.140/2018. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=361016> >. Acesso em: 21 out. 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei nº 12.854/2003. Disponível em: < http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2003/12854_2003_Lei.html >. Acesso em: 21 out. 2020.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei nº 17.485/2018. Disponível em: < http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17485_2018_Lei.html >. Acesso em: 21 out. 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 11.915/2003. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=46370&hTexto=&Hid_IDNorma=46370>. Acesso em: 21 out. 2020.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 15.434/2020. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-15434-2020-rio-grande-do-sul-institui-o-codigo-estadual-do-meio-ambiente-do-estado-do-rio-grande-do-sul>>. Acesso em: 21 out. 2020.

Êxodo 23:12. **Bíblia On-line.** Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/biblioteca/biblia/biblia-de-estudo/livros/%C3%8Axodo/23/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

FERREIRA, Fabíola; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. **Sustentabilidade Ambiental: visão antropocêntrica ou biocêntrica?** Ambientamentesustentable, v. I, n. 9-10, p. 37-51, dez. 2010.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: A árvore, o animal e o homem.** Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Gênesis 1:26. **Bíblia On-line.** Disponível em: <<https://www.jw.org/pt/biblioteca/biblia/biblia-de-estudo/livros/G%C3%AAnesis/1/>>. Acesso em: 06 out. 2020.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Curso de Direito Civil. Sinopses Jurídicas**, vl. 1. São Paulo: SARAIVA, 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil v. 1 - Parte Geral esquematizado®.** 8º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553600397/>>. Acesso em: 28 out. 2020.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal.** São Paulo: Saraiva, 2015.

INFOCOWEB, Diego. **Política De Bem Estar Animal De Blumenau É Referência Para Outras Cidades Do Estado – Prefeitura De Blumenau.** Disponível em <<https://www.folhaestado.com/politica-de-bem-estar-animal-de-blumenau-e-referencia-para-outras-cidades-do-estado-prefeitura-de-blumenau/>>. Acesso: 01 maio 2021.

LEI ORGÂNICA DE BLUMENAU/SC. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/lei-organica-blumenau-sc>>. Acesso em: 01 maio 2021.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Meio ambiente: Propriedade e repartição constitucional de competências.** Rio de Janeiro: Esplanada, 2002.

LEVAI, L. F. **Ética Ambiental Biocêntrica: Pensamento Compassivo e Respeito à Vida.** Jus Humanum: Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e

Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 02, jul. / dez. 2011.

LEVAI, Laerte Fernando. **Crueldade consentida – Crítica à razão antropocêntrica**: Revista Brasileira de Direito Animal. Instituto de Abolicionismo Animal. Salvador, vol. I, n. I, 2006. p.172.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos animais**. São Paulo: Mantiqueira, 2004.

LEVAI, L. F. **Ética Ambiental Biocêntrica: Pensamento Compassivo e Respeito à Vida**. Jus Humanum: Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Cruzeiro do Sul. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 02, jul. / dez. 2011.

LOTUFO, Renan. **Código Civil comentado: parte geral (arts. 1º a 232)**, V. 1, 3ª edição, São Paulo: Editora Saraiva, 2016. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502637214/> >. Acesso em: 27 out. 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernado (org). Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: **Educação Ambiental: repensando o espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURENÇO, Daniel Braga. **A “Textura Aberta” da Linguagem e o Conceito Jurídico Animal**. Revista do Instituto do Direito Brasileiro, Vol. 2, 2013, nº 4, p. 3015-3035.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2008.

MARTINS, Renata de Freitas. **O respeitável público não quer mais animais em circos!** Revista Brasileira de Direito Animal. Salvador: Editora Evolução, a.3, n.4, jan./dez. 2008.

MARTINS-COSTA, Judith. **Pessoa, Personalidade, Dignidade: ensaio de uma qualificação**. 2003. Tese (Livre-Docência em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MESQUITA, Anne *et al.* **Contra-Especismo**: argumentos éticos filosóficos e jurídicos em favor dos direitos dos animais. Erechim: Deviante, 2019.

MATÉRIA, Toda. **Antropocentrismo**. Disponível em: < [https://www.todamateria.com.br/antropocentrismo/#:~:text=O%20Antropocentrismo%20\(do%20grego%2C%20anthropos,realizar%20suas%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo.](https://www.todamateria.com.br/antropocentrismo/#:~:text=O%20Antropocentrismo%20(do%20grego%2C%20anthropos,realizar%20suas%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo.) > Acesso em: 21 out. 2020.

NOIRTIN, Célia Regina Ferrari Faganello. Animais não humanos: sujeitos de direitos despersonalizados. Revista Brasileira de Direito Animal, Ano 5, Volume 6, p. 133 – 152, Jan. / Jun. 2010.

PINHO, Ruy Rebello; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Instituições de direito público e privado: introdução ao estudo do direito e noções de ética profissional**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

PRADA, I. L. S. Animais são seres sencientes. *In*: TRÉZ, T. A (org.). **Instrumento animal: o uso prejudicial dos animais no ensino superior**. Bauru: Canal 6, 2008.

PRADA, Irvênia. **A questão espiritual dos animais**. São Paulo: FE Editora, 2007.

RACHELS; JAMES; STUART, R. **Os Elementos da Filosofia Moral**. 7º ed. Grupo A, 2013. 9788580552331. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580552331/>. Acesso em: 26 Abr 2021

REGAN, Tom. Jaulas Vazias: **Encarando o desafio dos direitos animais**. Trad. de Regina Rheda; rev. téc. de Sônia Felipe e Rita Paixão. Porto Alegre: Lugano, 2006. p. 62.

RESOLUÇÃO N.136. **Código de Posturas da Câmara municipal da Villa da Cutia**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-136-08.06.1886.html>>. Acesso em: 16 out. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000053.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2020.

SANTANA, Luciano Rocha; OLIVEIRA, Thiago Pires. **Direito da Saúde Animal**. 1ª Ed. 2019. Curitiba. Juruá.

SÃO JOSÉ, Fernanda; POLI, Leonardo Macedo. **Famílias multiespécies: Animais não humanos como sujeitos de direitos; membros da entidade familiar contemporânea**. *In*: SÃO JOSÉ, Fernanda; POLI, Leonardo Macedo [orgs]. **Direito Civil na Contemporaneidade**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2018**. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7729363&ts=1595008423207&disposition=inline>>. Acesso em: 27 out. 2020.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. **Introdução Aos Direitos dos Animais**. *Revistas dos Tribunais Online*. Revista de Direito Ambiental, vol. 62, 2011, p. 141 – 165, Abr / Jun. 2011.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, Alinne Silva de. **Direitos dos animais domésticos: análise comparativa dos estatutos de proteção**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Vol. 5, 2014, nº 1, p. 110-132.

SPOLENDER DE SOUZA, Paulo Vinicíus. **O meio ambiente (natural) como sujeito passivo dos crimes ambientais**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n. 50 (set./out. 2004): Revista dos Tribunais.

STF - ADI: 2514 / SC

<<https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur9978/false>>. Acesso em: 28 abr.2021.

STF – ADI: 4983 / CE <

<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=12798874>
>. Acesso em: 28 abr.2021.

STJ - AgInt no REsp: 1389418 PB 2013/0211324-4 <

<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/503714667/agravo-interno-no-recurso-especial-agint-no-resp-1389418-pb-2013-0211324-4/relatorio-e-voto-503714711> >. Acesso em: 28 abr.2021.

STJ - RE 586224 / SP

<<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=306750595&ext=.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2021.

STJ - REsp: 1713167 SP 2017/0239804-9 <

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201702398049&dt_publicacao=09/10/2018>. Acesso em: 01 abr. 2021.

STJ - REsp: 1797175 SP 2018/0031230-0

<<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/692205375/recurso-especial-resp-1797175-sp-2018-0031230-0/inteiro-teor-692205385>>. Acesso em: 07 abr. 2021.

STJ. REsp: 1115916 / MG 2009/0005385-2 <

https://scon.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=200900053852&dt_publicacao=18/09/2009 >. Acesso em: 10 nov. 2020.

TJ-DF 00004063120198070019 <<https://tj->

[df.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/913284860/4063120198070019-df-0000406-3120198070019](https://tj-)>. Acesso em:28 abr. 2021.

TJ-MG - AC: 10000180456972008 <<https://tj->

[mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/768104653/apelacao-civel-ac-10000180456972008-mg](https://tj-)>. Acesso em: 28 abr.2021.

TJ-MT - **AC: 00034075220188110082** < <https://tj-mt.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/929305303/apelacao-civel-ac-34075220188110082-mt>>. Acesso em: 28 abr 2021.

TJ-PR - **APL: 00078445320158160131** <<https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/835296043/processo-criminal-recursos-apelacao-apl-78445320158160131-pr-0007844-5320158160131-acordao>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TJ-RS - **RC: 71001506591** <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8044696/recurso-crime-rc-71001506591-rs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TJ-RS - **RC: 71004697702** < <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/114435459/recurso-crime-rc-71004697702-rs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TJ-RS - **RC: 71008139370 RS** < <https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/673376811/recurso-crime-rc-71008139370-rs>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TJ-SC - **APR: 00002488720188240002** < <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1105720493/apelacao-criminal-apr-2488720188240002-anchieta-0000248-8720188240002>>. Acesso 28 abr. 2021.

TJ-SC - **Remessa Necessária Cível: 09000120620158240103** < <https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/646482707/remessa-necessaria-civel-9000120620158240103-araquari-0900012-0620158240103/inteiro-teor-646482904>>. Acesso em: 01 maio 2021.

TJ-SP - **AI: 22081144620198260000** <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/892156859/agravo-de-instrumento-ai-22081144620198260000-sp-2208114-4620198260000/inteiro-teor-892156920>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TOMÁS DE AQUINO, Santo. **Tratado de Justiça**. Portugal, p.104, Coleção Res Jurídica.

TRF-1 - **AC: 00025142020084013802** < <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/897786268/apelacao-civel-ac-ac-25142020084013802/certidao-de-julgamento-897786272> > Acesso em: 27 abr. 2021.

VALLE, Ana Carolina Neves Amaral do, **A guarda dos animais de estimação no divórcio**, Revista de Direito Privado, vol. 96/2018, p. 215 – 232, dez.2018. Disponível em: <<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&rguid=i0ad82d9a0000017557ea71dc79f17cef&docguid=lbb995170df3811e8b06c010000000000&hitguid=lbb995170df3811e8b06c010000000000&spos=1&epos=1&td=4&context=10&crumb-action=append&crumb->

label=Documento&isDocFG=true&isFromMultiSumm=true&startChunk=1&endChunk=1> Acesso em: 21 out. 2020.

VASCONCELOS, Flávia Pequeno de et al. **Bem-estar, dor e sofrimento dos animais não humanos: estudo sob a ótica do direito ambiental**. Revista dos Tribunais, [s. l], v. 1001/2019, p. 93-118, mar. 2019.

VENOSA, Salvo Silva de. **Código Civil Interpretado**, 4ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: < <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018905/> >. Acesso em: 27 out 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: parte geral**. 13. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

VIEGAS, Cláudia Mara de Almeida Rabelo e INÁCIO, Daniela Fonseca. **A análise do processo de descoisificação dos animais: um estudo sob a égide dos paradigmas do direito contemporâneo**. Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico. Ano XII, n. 68 (out./nov. 2016): Porto Alegre.

VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

XAVIER, Cláudio. **Direitos dos animais no século XXI: Uma abordagem ambiental, filosófica e jurídica das questões que envolvem os direitos dos animais**. Revista do Instituto do Direito Brasileiro, Vol. 2, 2013, nº 13, p. 16001-16028.